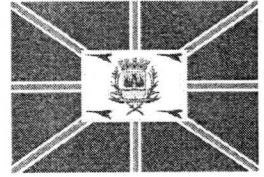




PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº 067 / 20.

“Institui o Plano Municipal de Cultura de Araguari – PMCA, no âmbito do Município de Araguari e dá outras providências.”

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Cultura no âmbito do Município de Araguari, nos termos dos anexos, parte integrante e complementar desta Lei, em conformidade com o § 3º, do art. 215 da Constituição Federal, com duração de 10 (dez) anos e revisado a cada 5 (cinco) anos, e regido pelos seguintes princípios:

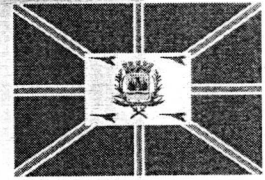
- I - liberdade de expressão, criação e fruição artística e cultural;
- II - diversidade cultural;
- III - respeito aos direitos humanos;
- IV - direito de todos à arte e à cultura;
- V - direito à informação, à comunicação e à crítica cultural;
- VI - direito à memória e às tradições e à sua salvaguarda;
- VII - responsabilidade socioambiental;
- VIII - valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável;
- IX - democratização das instâncias de discussão e formulação das políticas culturais;
- X - responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais;
- XI - colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura;
- XII - participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais.
- XIII - todas as ações culturais devem respeitar com primazia os princípios e procedimentos de sustentabilidade e de cultura sustentável.

Art. 2º Para efeito de aplicação desta Lei, as expressões e siglas abaixo terão as seguintes definições:

- I – prioridades: são as metas de desenvolvimento institucional e cultural para os 10 (dez) anos de vigência do Plano Municipal de Cultura de Araguari apontadas em audiências públicas e na Conferência Municipal de Cultura como objetivos emergenciais a serem alcançados no mencionado Plano;
- II – estratégias: são formas de atingimento das prioridades;
- III – diretrizes: são objetivos específicos de cada estratégia;
- IV – ações e prazos: são as ferramentas e o tempo necessário para se atingir as diretrizes;
- V – metas: são os resultados esperados das diretrizes;
- VI – indicadores: são maneiras de se mensurar o atingimento das metas;



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



VII – FAEC: Fundação Aragarina de Educação e Cultura;
VIII – PMCA: Plano Municipal de Cultura de Araguari.
Parágrafo único. Para os fins desta Lei, a expressão “Plano Municipal de Cultura de Araguari”, a palavra “Plano” e a sigla “PMCA” se equivalem.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO

Araguari: Art. 3º São prioridades do PMCA, quando a competência recair no Município de

- I – fortalecer o estado na institucionalização e continuidade das políticas culturais;
- II – intensificar o planejamento de programas e ações voltadas ao setor cultural.

Araguari: Art. 4º São estratégias do PMCA, quando a competência recair no Município de

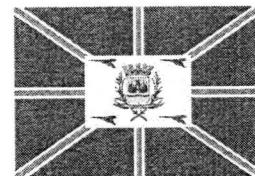
- I – formular políticas públicas;
- II – estruturar e regular a economia da cultura;
- III – qualificar a gestão cultural e fomentar a profissionalização dos agentes culturais;
- IV – ampliar a comunicação e possibilitar a troca entre os diversos agentes culturais;
- V – fomentar a cultura;
- VI – institucionalizar e promover gestão dos equipamentos culturais existentes;
- VII – ampliar a oferta de equipamentos culturais adequados e acessíveis.

Araguari: Art. 5º São diretrizes do PMCA, quando a competência recair no Município de

- I – mapear os agentes produtores de cultura formando cadastro para identificação de demandas a serem institucionalizadas;
- II – sistematizar instrumentos jurídicos e normativos com o objetivo de fortalecer as leis e regimentos que ordenam o setor cultural;
- III – disseminar subsídios para formulação, implementação, gestão e avaliação das políticas culturais;
- IV – articular redes institucionais com outras esferas de governo (estadual e federal);
- V – estabelecer sistemas de integração de equipamentos culturais e fomentar suas atividades e planos anuais, desenvolvendo metas qualitativas de aprimoramento e atualização de seus modelos institucionais, de financiamento, de gestão e de atendimento ao público e elaborando programas para cada um dos seus focos setoriais de política pública;
- VI – consolidar a implantação do Sistema Municipal de Cultura - SMC como instrumento de articulação, gestão, informação, formação, fomento e promoção de políticas públicas de cultura com participação e controle da sociedade civil em conformidade como governo estadual e federal;
- VII – revisar a legislação tributária aplicada às empresas da cultura;
- VIII – instituir instrumentos tributários diferenciados para beneficiar a produção, difusão, circulação e comercialização de bens, produtos e serviços culturais;



PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



IX – apoiar iniciativas em torno da constituição de agendas, frentes e comissões parlamentares dedicadas a temas culturais, tais como a elevação de dotação orçamentária, o aprimoramento dos marcos legais, o fortalecimento institucional e o controle social;

X – estabelecer parcerias com instituições de ensino técnico e superior, bem como parcerias com associações e órgãos representativos setoriais, para a criação e o aprimoramento contínuo de cursos voltados à formação e capacitação de trabalhadores da cultura, gestores técnicos de instituições e equipamentos culturais;

XI – desenvolver e gerir programas integrados de formação e capacitação para artistas, autores, técnicos, gestores, produtores e demais agentes e trabalhadores da cultura, estimulando a profissionalização, o empreendedorismo, o uso das tecnologias de informação e comunicação e o fortalecimento da economia da cultura;

XII – estimular a constituição e fortalecimento de conselhos, conferências, fóruns e espaços de interlocução setorial, democráticos e transparentes, apoiando a ação dos fundos de fomento, acompanhando a implementação do Plano e, quando possível, criando gestão participativa dos orçamentos para a cultura;

XIII – descentralizar a cultura, sistematizar as ações de suas unidades vinculadas e fortalecer seus quadros institucionais e carreiras, otimizando o emprego de recursos e garantindo o exercício de suas competências;

XIV – instituir instâncias de diálogo, consulta às instituições culturais, discussão pública e colaboração técnica para adoção de marcos legais para a gestão e o financiamento das políticas culturais e o apoio aos segmentos culturais e aos grupos, respeitando a diversidade da cultura;

XV – consolidar as conferências, fóruns e seminários que envolvam a formulação e o debate sobre as políticas culturais, consolidando espaços de consulta, reflexão crítica, avaliação e proposição de conceitos e estratégias;

XVI – aprimorar e ampliar os mecanismos de comunicação e de colaboração entre os órgãos e instituições públicas e organizações sociais e instituições privadas, de modo a sistematizar informações, referências e experiências acumuladas em diferentes setores do governo, iniciativa privada e associações civis;

XVII – fortalecer o Fundo Municipal de Cultura como mecanismo central de fomento;

XVIII – estabelecer programas específicos para setores culturais, principalmente para artes visuais, música, artes cênicas, literatura, audiovisual, patrimônio, museus, diversidade cultural e cultura digital, garantindo percentuais equilibrados de alocação de recursos em cada uma das políticas setoriais;

XIX – aderir aos programas de financiamento conjunto entre as três esferas da Federação, por meio da manutenção do Fundo Municipal de Cultura;

XX – ampliar as fontes de recursos do Fundo Municipal de Cultura, buscando fontes em doações e outros montantes para além dos oriundos do caixa do Município de Araguari;

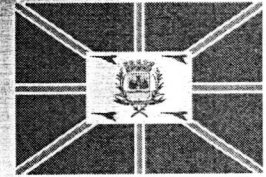
XXI – criar, difundir e consolidar a gestão de patrocínios privados ou parcerias público privadas para manutenção dos fundos Municipal de Cultura e de Preservação do Patrimônio Histórico do Município de Araguari;

XXII – estabelecer e fomentar programas de amparo e apoio à manutenção e gestão em rede de equipamentos culturais, potencializando investimento e garantindo padrões de qualidade;

XXIII – estabelecer regimentos e editais para uso e manutenção dos equipamentos culturais existentes;



PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



XXIV – reabilitar os teatros, praças, centros comunitários, bibliotecas, cineclubes e cinemas de bairros, criando e aderindo a programas estaduais e nacionais de circulação de produtos, circuitos de exibição cinematográfica, eventos culturais e demais programações;

XXV – garantir que os equipamentos culturais ofereçam infraestrutura, arquitetura, design, equipamentos, programação, acervos e atividades culturais qualificados e adequados às expectativas de acesso, de contato e de fruição do público, garantindo a especificidade de pessoas com necessidades especiais;

XXVI – construção de prédio público de acordo com a disponibilidade financeira que contemple salas de espetáculos estruturadas e equipadas, salas de oficina para teatro, dança, música, artes visuais e outros segmentos;

XXVII – mapear espaços ociosos do patrimônio público e imóveis do Município de Araguari, bem como criar programas para apoiar e estimular o seu uso para a realização de manifestações artísticas e culturais, espaços de ateliês, plataformas criativas e núcleos de produção independente;

XXVIII – promover parcerias público privadas de ocupação de espaços, acessados através de edital de ocupação;

XXIX – promover a transformação e utilização de espaços públicos em equipamento culturais, que possuam estrutura necessária para execução das atividades culturais, acessados através de edital de ocupação;

XXX – incentivar a instalação de espaços de exibição audiovisual na área central da cidade;

XXXI – fomentar unidades móveis.

Parágrafo único. As ações, prazos, metas, indicadores e responsáveis para o atingimento destas diretrizes constam no anexo I desta Lei.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI E AGENTES CULTURAIS

Art. 6º É prioridade do PMCA ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico, quando a competência recair no Município de Araguari e nos Agentes Culturais.

Art. 7º É estratégia do PMCA promover as condições necessárias para a consolidação da economia da cultura, quando a competência recair no Município de Araguari e nos Agentes Culturais.

Art. 8º São diretrizes do PMCA, quando a competência recair no Município de Araguari e nos Agentes Culturais:

I – criar o mecanismo de incentivo fiscal, de forma a aproveitar seus recursos no sentido de sustentabilidade e alinhamento às políticas públicas;

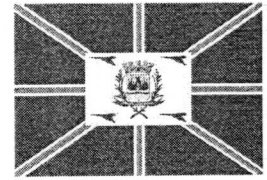
II – mapear, fortalecer e articular as cadeias produtivas que formam a economia da cultura;

III – estimular a organização formal dos setores culturais em sindicatos, associações, federações e outras entidades representativas;

IV – instituir programas integrados de mapeamento do potencial turístico cultural, bem como de promoção, divulgação e marketing de produtos, contextos urbanos, destinos e roteiros turísticos culturais;



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



V – inserir os produtores culturais, os criadores e artistas nas estratégias de qualificação e promoção do turismo, assegurando a valorização cultural dos locais e ambientes turísticos;

VI – envolver os órgãos, gestores e empresários de turismo no planejamento e comunicação com equipamentos culturais, promovendo espaços de difusão de atividades culturais para fins turísticos;

VII – promover o turismo cultural sustentável, aliando estratégias de preservação patrimonial e ambiental com ações de dinamização econômica e fomento às cadeias produtivas da cultura;

VIII – estimular a construção de diretrizes para o incentivo fiscal, de modo a permitir uma melhor distribuição dos recursos oriundos da renúncia, gerando maior distribuição entre as diferentes atividades culturais;

IX – incentivar pesquisas e elaboração de materiais didáticos e de difusão referentes a conteúdos multiculturais, étnicos e de educação patrimonial, preferencialmente com autores locais.

Parágrafo único. As ações, prazos, metas, indicadores e responsáveis para o atingimento destas diretrizes constam no anexo II desta Lei.

CAPÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO, AGENTES CULTURAIS E SOCIEDADE

Art. 9º É prioridade do PMCA, quando a competência recair no Município de Araguari, Agentes Culturais e Sociedade, consolidar a execução de políticas públicas para a cultura.

Art. 10. São estratégias do PMCA, quando a competência recair no Município de Araguari, Agentes Culturais e Sociedade:

- I – ampliar e permitir o acesso;
- II – consolidar e permitir a participação popular;
- III – preservar o patrimônio histórico cultural material e imaterial;
- IV – difundir os bens, conteúdos e valores.

Art. 11. São diretrizes do PMCA, quando a competência recair no Município de Araguari, Agentes Culturais e Sociedade:

I – estabelecer uma agenda compartilhada de programas, projetos e ações entre os órgãos de cultura e educação municipais, com o objetivo de desenvolver diagnósticos e planos conjuntos de trabalho;

II – ampliar e regulamentar as contrapartidas socioculturais, de desconcentração, de acesso, de apoio à produção independente e de pesquisa para o incentivo a projetos com recursos públicos;

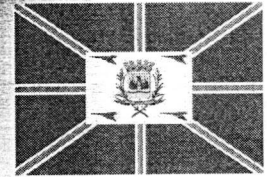
III – promover uma maior articulação das políticas públicas de cultura com as de outras áreas, como educação, meio ambiente, desenvolvimento social, planejamento urbano e econômico, turismo, indústria e comércio;

IV – realizar programas em parceria com o órgão de educação para que as escolas atuem também como centros de produção e difusão cultural das comunidades;

V – estabelecer uma política voltada ao desenvolvimento de ações culturais para a infância e adolescência, com financiamento e modelo de gestão compartilhado e intersetorial;



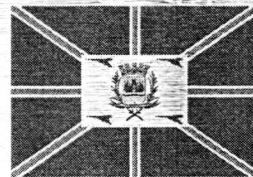
PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



- VI – fortalecer as políticas culturais setoriais visando à universalização do acesso e garantia ao exercício do direito à cultura;
- VII – criar e implantar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC como instrumento de acompanhamento, avaliação e aprimoramento da gestão e das políticas públicas de cultura, em consonância com o Estado e a União;
- VIII – aperfeiçoar os mecanismos de gestão participativa e democrática, governo eletrônico e a transparência pública, fazendo da internet, rádio e televisão, além dos espaços dos equipamentos públicos, canais de consulta permanente da gestão cultural do Município de Araguari;
- IX – fortalecer a atuação do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Araguari, como instância deliberativa, de consulta, monitoramento e debate sobre as políticas públicas e a gestão cultural do Município de Araguari;
- X – ampliar a transparência e fortalecer o controle social sobre os modelos de gestão das políticas culturais e setoriais, ampliando o diálogo com os segmentos artísticos e culturais;
- XI – realizar a Conferência Municipal de Cultura, pelo menos, a cada 2 (dois) anos, envolvendo a sociedade civil, os gestores públicos e privados, as organizações e instituições culturais e os agentes artísticos e culturais;
- XII – acompanhar e avaliar o PMCA de que trata esta Lei de acordo com os indicadores estabelecidos pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC;
- XIII – estimular o relacionamento entre os diversos atores locais da política municipal de proteção ao patrimônio cultural, realizando reuniões para deliberações conjuntas entre os conselhos de patrimônio cultural, de políticas culturais de Araguari, de meio ambiente e de planejamento urbano ou da cidade;
- XIV – criar e institucionalizar Programa de Incentivo a Preservação do Patrimônio Histórico Material e Imaterial;
- XV – dar visibilidade e apoio aos Museus que fazem a salvaguarda de nosso patrimônio cultural móvel;
- XVI – monitorar os bens protegidos, incluindo as ações de restauração e conservação (manutenção), as quais deverão ser sempre executadas com rigor e conhecimento técnico e incluem projeto, orçamento, captação e gestão de recursos, licitação, contratação, acompanhamento assim como a inscrição de projetos para leis de incentivo ou fundos especiais, acompanhamento de convênios e outros;
- XVII – garantir a efetividade das ações de gestão nos bens culturais, através da manutenção, na Fundação de Educação e Cultura - FAEC, de uma equipe técnica qualificada e, constantemente, atualizada tecnicamente;
- XVIII – exigir a sinalização turística e de trânsito, de cunho histórico e ambiental, para informação dos transeuntes, visitantes e da população local acerca do patrimônio material e natural tombado;
- XIX – promover a identificação e o registro dos bens imateriais (intangíveis), sobretudo aos ligados a ferrovia, ao café, as tradições rurais, as celebrações e as práticas culturais coletivas;
- XX – estabelecer na legislação tributária municipal o incentivo para empresas que se instalam em bens culturais protegidos ou que façam a manutenção de bens tombados ou inventariados;



PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



XXI – garantir os efeitos da proteção municipal sobre o bem cultural: bem material tombado e/ou inventariado;

XXII – estabelecer prazo para tombamento dos bens inventariados, criando, institucionalizando e consolidando instrução normativa para realização dos procedimentos de tombamento conforme a legislação vigente nas esferas municipal, estadual e federal;

XXIII – estimular um ambiente de formação continuada para o aprimoramento dos servidores municipais e a comunidade em geral, tendo em vista que a Fundação Aragarina de Educação e Cultura - FAEC é uma instituição com atribuição para a realização de cursos, congressos, fóruns, seminários e simpósios, com duração mínima de 4h (quatro horas), exclusivamente nas áreas do direito, gestão de fundos especiais, arquitetura e teoria do restauro, historiografia, educação, meio ambiente, gestão cultural e turismo relacionado ao patrimônio;

XXIV – promover a valorização do bem cultural imaterial através da implementação de ações para efetivar o registro destes bens e definir o Plano de Salvaguarda de cada bem cultural registrado pelo Município de Araguari;

XXV – promover a valorização do bem cultural imaterial através da implementação de ações para efetivar o registro destes bens e definir o Plano de Salvaguarda de cada bem cultural registrado pelo Município de Araguari;

XXVI – desenvolver ações de manifestações culturais em bens tombados;

XXVII – desenvolver ações conjuntas para estimular e desenvolver a percepção cognitiva das diversas fases da formação humana sobre a sustentabilidade do patrimônio cultural, interagindo crianças, jovens, adultos e idosos nessa construção;

XXVIII – desenvolver o processo de diagnóstico e planejamento continuado para o desenvolvimento das políticas de documentação, conservação, preservação e do uso sustentável do patrimônio cultural;

XXIX – fomentar o patrimônio cultural nas dimensões histórica, simbólica, cidadã e do desenvolvimento urbano por meio da revitalização dos bens materiais e da sua inserção ao desenvolvimento econômico por meio do turismo cultural;

XXX – reconhecer e valorizar os bens de relevância no meio ambiente cultural inseridos na paisagem cultural da cidade;

XXXI – aplicar “Educação Patrimonial” para profissionais da área da construção civil (arquitetos, engenheiros civis, mestre-de-obras, pedreiros, imobiliárias, corretores de imóveis) e outras categorias, por meio de convênios com conselhos ou entidades de classes, bem como, para proprietários de bens inventariados e tombados.

Parágrafo único. As ações, prazos, metas, indicadores e responsáveis para o atingimento destas diretrizes constam no anexo III desta Lei.

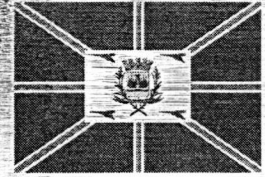
CAPÍTULO V DO FINANCIAMENTO

Art. 12. A Fundação Aragarina de Educação e Cultura - FAEC exercerá a função de gestora do Sistema Municipal de Cultura de Araguari – SMCA e a coordenação executiva do PMCA, conforme esta Lei, ficando responsável pela organização de suas instâncias pela implantação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, pelo estabelecimento de metas, pelos regimentos e demais especificações necessárias à sua implantação.





PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



§ 1º A Fundação Aragarina de Educação e Cultura - FAEC deverá estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura de forma a atender aos objetivos desta Lei e elevar o total de recursos destinados ao setor para garantir o seu cumprimento em sua totalidade, tendo como principais sistemas de financiamento:

I – os planos plurianuais, as leis de diretrizes orçamentárias e as leis orçamentárias do Município de Araguari que disporão sobre recursos a serem destinados à execução das ações constantes dos Anexos desta Lei;

II – as doações diretas e parcerias públicas privadas estabelecidas conforme legislações pertinentes, entre elas as definidas nos incisos do art. 10 da Lei 3.635, de 21 de setembro de 2001;

II – os fundos sob responsabilidade da Fundação Aragarina de Educação e Cultura - FAEC e, quando for o caso, de outras Secretarias da Administração Pública Municipal Direta poderão ser utilizados na execução das ações constantes dos Anexos desta Lei, desde que não haja impedimento legal.

§ 2º A utilização dos recursos dos fundos de que trata o inciso II deste artigo, quando permitida, deverá ser aprovada pelo respectivo Conselho gestor de cada fundo.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais de Araguari - SMIICA, a ser instituído por lei própria, será o instrumento fundamental para o subsídio e acompanhamento do PMCA.

Art. 14. O PMCA será revisto periodicamente, tendo como objetivo a atualização e o aperfeiçoamento conforme as seguintes orientações:

I – as prioridades e estratégias poderão ser alteradas há cada 5 (cinco) anos;

II – as diretrizes poderão ser alteradas conforme as Conferências Municipais de Cultura ocorridas a cada 2 (dois) anos;

III – ações, prazos, metas e indicadores deste Plano poderão ser alterados a qualquer momento e por qualquer dispositivo legal.

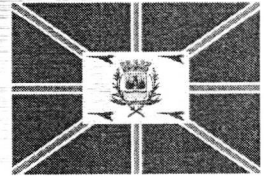
Art. 15. Fica instituído para o acompanhamento do PMCA o Comitê Executivo que será formado pelo Presidente da Fundação Aragarina de Educação e Cultura - FAEC, 2 (dois) membros do Conselho Curador, 2 (dois) membros da Comissão de Cultura da Câmara Municipal de Araguari e 2 (dois) membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Araguari.

Parágrafo único. As prioridades de desenvolvimento institucional e cultural para os 10 (dez) anos de vigência do Plano serão fixadas a partir do resultado das Audiências Setoriais e das Conferências Municipais de Cultura com base em subsídios dos sistemas Nacional, Estadual e Municipal de Informações e Indicadores Culturais.

Art. 16. A primeira revisão do Plano será realizada após 5 (cinco) anos da entrada em vigência desta Lei, assegurada a participação do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Araguari, com governança compartilhada com os órgãos do Sistema Municipal de Cultura de Araguari e sociedade civil, e de ampla representação do poder público e da sociedade civil na forma do regulamento, que acaso seja necessária a sua expedição.



PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



Art. 17. O processo de revisão das ações e estabelecimento de metas para o PMCA será desenvolvido pelo Comitê Executivo do PMCA.

Art. 18. O Município de Araguari é obrigado a dar ampla publicidade e transparência ao seu conteúdo, bem como à realização de suas diretrizes e metas, estimulando a transparência e o controle social em sua implantação.


Art. 19. A Conferência Municipal de Cultura e as audiências setoriais serão realizadas pelo Município de Araguari, com a imprescindível participação da Fundação Aragarina de Educação e Cultura – FAEC, no âmbito de sua competência para o debate de estratégias e o estabelecimento da cooperação entre os agentes públicos e a sociedade civil para a implementação do Plano Municipal de Cultura de Araguari.

Art. 20. Integram a presente Lei os anexos I, II e III.

Art. 21. Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 19 de junho de 2020.

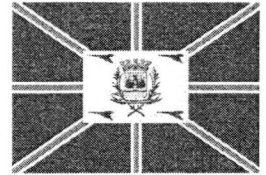
Marcos Coelho de Carvalho
Prefeito



Rafael Scalia Guedes
Presidente da FAEC



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Vereadores!

Estamos encaminhando para apreciação de vossas Excelências o presente Projeto de Lei que “Institui o Plano Municipal de Cultura de Araguari – PMCA, no âmbito do Município de Araguari e dá outras providências.”

A criação do ordenamento legal em tela é necessário para integração do Município de Araguari ao Sistema Nacional de Cultura, o que caracteriza estrutura fundamental para a democracia participativa e ainda soma perfil democrático como ferramenta de auxílio à gestão pública.

Destaca-se aos nobres Edis que foram realizadas audiências públicas setoriais sendo: Culturas Populares no dia 10 de setembro, Artesanato no dia 21 de setembro, Literatura no dia 25 de setembro, Dança e Teatro no dia 28 de setembro e Música no dia 30 de setembro, e ainda, a 4ª Conferência Municipal de Cultura no dia 04 de novembro, todas no ano de 2019. Audiências e Conferência, com a participação da sociedade civil, que serviram para nortear as diretrizes, ações e prazos, metas e indicadores do Plano.

Outrossim, todo o planejamento das norma foi acompanhados pelo Conselho Curador da FAEC e em parceria com o então Conselho Municipal de Cultura de Araguari – COMCA, que, através da plenária virtual na data de 15 de maio de 2020 (ata da 2ª Reunião Ordinária de 2020), aprovou, sem nenhuma ressalva, e por unanimidade, o referido Projeto de Lei.

O Plano Municipal de Cultura de Araguari – PMCA é um documento construído com a participação da sociedade civil, que juntamente com o poder público, elaborou um material multissetorial de planejamento que deve nortear as políticas culturais do Município para os próximos 10 (dez) anos.

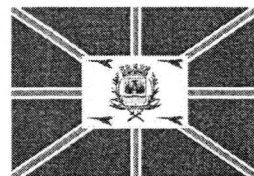
Assim sendo, considerando a importância da matéria tratada no enfocado Projeto de Lei solicitamos a Vossas Excelências a sua aprovação nos termos em que se encontra redigido, adotando-se nos seus tramites o regime de urgência com dispensa dos interstícios regimentais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 19 de junho de 2020.

Marcos Coelho de Carvalho
Prefeito



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



ANEXO I

DAS COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI

**PRIORIDADES: FORTALECER O MUNICÍPIO DE ARAGUARI NA
INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONTINUIDADE DAS POLÍTICAS CULTURAIS**

**INTENSIFICAR O PLANEJAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES VOLTADAS AO
SETOR CULTURAL**

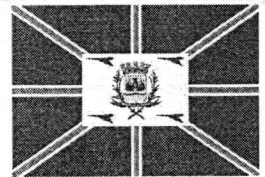
Diretriz	Mapear os agentes produtores de cultura formando cadastro para identificação de demandas a serem institucionalizadas.
Ações e Prazos	Planejar um senso cultural até julho de 2021; licitar um instituto para este fim no prazo de até 3 (três) meses; acompanhar a entrega do senso pela empresa contratada e dar ampla divulgação ao processo e ao resultado (indeterminado)
Meta	90% dos agentes mapeados até 2021
Indicador	Sistema de Cadastramento Online e levantamentos feitos por Censo ou Levantamento Oficial
Responsável	FAEC + Município de Araguari
Alinhamento Estadual	Eixos 1 e 2
Alinhamento Nacional	Metas 3, 6, 7, 11 e 53

Diretriz	Sistematizar instrumentos jurídicos e normativos com o objetivo de fortalecer as leis e regimentos que ordenam o setor cultural.
Ações e Prazos	Identificar, construir e realizar estudos, através de um grupo de trabalho, visando o melhoramento e atualização da Legislação pertinente ao setor cultural
Meta	Identificação das demandas atuais em 100% até julho de 2021; Construção das alterações para 1ª rodada de demandas em 100% até dezembro de 2021 Realização de audiência pública para debate de demandas até dezembro de 2021
Indicador	Relatórios de Grupos de Trabalho e número de Leis criadas e/ou alterações aprovadas até o final do período de 2021
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal
Alinhamento Estadual	Eixo 2
Alinhamento Nacional	Meta 1

Diretriz	Disseminar subsídios para formulação, implementação, gestão e avaliação das políticas culturais.
Ações e Prazos	Ampliar e diversificar as fontes de recursos (até dezembro de 2021); estudar e levantar fontes de recursos (até julho 2021); analisar e aprovar medidas realizadas no levantamento, estruturar e sistematizar as novas captações (até julho 2021).



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



Meta	Aumento em 100% o número de projetos incentivados pelos programas municipais ou sob seu intermédio
Indicador	Número de projetos incentivados pelos programas do Município de Araguari ou sob seu intermédio
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal
Alinhamento Estadual	Eixos 1 e 2
Alinhamento Nacional	Metas 19, 22, 24 e 31

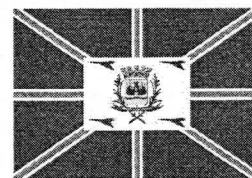
Diretriz	Articular redes institucionais com outras esferas de governo (estadual e federal)
Ações e Prazos	Efetuar cadastro do Município de Araguari junto ao SNC (imediato); buscar convênios com o Estado na área Cultural/Educacional (permanente); articular ações para viabilizar os convênios (imediato)
Meta	Vínculo com o SNC até dezembro 2020; estabelecer ao menos dois convênios com o Estado até dezembro de 2021
Indicador	Assinatura e publicação de convênios com Estado e União, além de vínculo com Sistema Nacional de Cultura (este até dezembro de 2020)
Responsável	FAEC + Município de Araguari+ Câmara Municipal
Alinhamento Estadual	Eixos 1
Alinhamento Nacional	Meta 1, relacionado a Metas 2 e 5.

Diretriz	Estabelecer sistemas de integração de equipamentos culturais e fomentar suas atividades e planos anuais, desenvolvendo metas qualitativas de aprimoramento e atualização de seus modelos institucionais, de financiamento, de gestão e de atendimento ao público, bem como elaborando programas para cada um dos seus focos setoriais de política pública.
Ações e Prazos	Buscar modelos de integração dos equipamentos culturais (até julho 2021); analisar adaptações para a realidade local (indeterminado); institucionalizar esta integração (até dezembro 2021)
Meta	Implantar ao menos duas ações de integração até dezembro de 2021
Indicador	Sistema Interno De Cadastramento E Agendamento + Editais específicos para cada local + Regulação de Uso
Responsável	FAEC
Alinhamento Estadual	Eixo 1
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Consolidar a implantação do Sistema Municipal de Cultura - SMC como instrumento de articulação, gestão, informação, formação, fomento e promoção de políticas públicas de cultura com participação e controle da sociedade civil em conformidade com o governo estadual e federal.
Ações e Prazos	Consolidar o plano municipal de cultura (até agosto 2020); criar e aprovar o Projeto de Lei que Plano que institui o PMC (até setembro)



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



	2020); sancionar e publicar Lei que institui PMC (até dezembro 2020)
Meta	100% até dezembro de 2020
Indicador	Sanção das leis que consolidam a referida diretriz
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal
Alinhamento Estadual	Eixo 1
Alinhamento Nacional	Meta 1

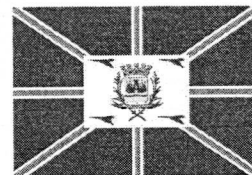
Diretriz	Criar e revisar a legislação tributária aplicada às empresas da cultura, para fomentar a produção, difusão, circulação e comercialização de bens, produtos e serviços culturais.
Ações e Prazos	Criar um grupo de trabalho para avaliação juntamente com o Legislativo Municipal (imediato); Mapear modalidade tributária das empresas de cultura (até julho 2021); Analisar legislação tributária aplicada a empresa de cultura (até julho 2021); Discutir e propor alterações ao Código Tributário Municipal com o devido envio de Projeto de Lei ao Legislativo Municipal (até julho 2021).
Meta	Publicar ao menos uma lei e/ou alterações pertinentes da legislação existente até julho 2021
Indicador	Quantidade de propostas apresentadas para a Câmara Municipal e o prazo;
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal
Alinhamento Estadual	Não se aplica
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Apoiar iniciativas em torno da constituição de agendas, frentes e comissões parlamentares dedicadas a temas culturais, tais como a elevação de dotação orçamentária e emendas impositivas, aprimoramento dos marcos legais, o fortalecimento institucional e o controle social.
Ações e Prazos	Estabelecer meios de aproximação das Comissões do Legislativo Municipal junto a FAEC (ininterrupto)
Meta	Apoiar as diversas diretrizes do PMC
Indicador	Quantidade de reuniões ou eventos que participaram
Responsável	FAEC + Câmara Municipal
Alinhamento Estadual	Não se aplica
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Estabelecer parcerias com instituições de ensino técnico e superior, bem como parcerias com associações e órgãos representativos setoriais, para a criação e o aprimoramento contínuo de cursos voltados à formação e capacitação de trabalhadores da cultura, gestores técnicos de instituições e equipamentos culturais.
Ações e Prazos	Levantar as instituições que atendem a esta diretriz (até julho de 2021); articular parcerias e regularizar o instrumento legal (até



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



	setembro de 2021); desenvolver e executar o plano de ações (até dezembro 2021).
Meta	1ª parceria até dezembro de 2021
Indicador	Assinatura de Parceria Público Privada - PPP entre FAEC e entidade destinada a elaboração de cursos na área cultural
Responsável	FAEC + Município de Araguari
Alinhamento Estadual	Não se aplica
Alinhamento Nacional	Metas 15, 16 e 18

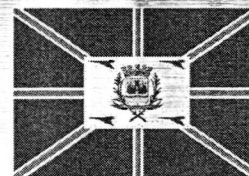
Diretriz	Desenvolver e gerir programas integrados de formação e capacitação para artistas, autores, técnicos, gestores, produtores e demais agentes e trabalhadores da cultura, estimulando a profissionalização, o empreendedorismo, o uso das tecnologias de informação e comunicação e o fortalecimento da economia da cultura.
Ações e Prazos	Criar um grupo trabalho para estudar modalidades existentes (até julho 2021); buscar e analisar possíveis parcerias para a ação (até setembro 2021); desenvolver e implantar o programa (até dezembro 2021).
Meta	Criação do 1º programa até dezembro de 2021
Indicador	Lançamento de edital do programa de formação e de bolsas de estudo
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal
Alinhamento Estadual	Não se aplica
Alinhamento Nacional	Metas 15, 16 e 18

Diretriz	Capacitar servidores da FAEC e planejar a execução de metas das políticas públicas para a cultura.
Ações e Prazos	Contratar capacitação para os servidores da FAEC visando abordar temática de políticas públicas (até dezembro 2020); reciclar com demais cursos sempre quando necessário (ininterrupto).
Meta	1ª Formação em políticas públicas e fundações com 60% dos servidores (até julho 2021); oferecer ao menos dois cursos ao ano.
Indicador	Lista de presença e inscrição na formação
Responsável	FAEC
Alinhamento Estadual	Eixo 1
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Estimular a constituição e fortalecimento de conselhos, conferências, fóruns e espaços de interlocução setorial, democráticos e transparentes, apoiando a ação dos fundos de fomento, acompanhando a implementação do Plano e, quando possível, criando gestão participativa dos orçamentos para a cultura.
Ações e Prazos	Revisar de forma periódica a legislação correlata ao tema (constante); divulgar amplamente as ações e medidas da FAEC (constante); apoiar o devido funcionamento dos conselho para que



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



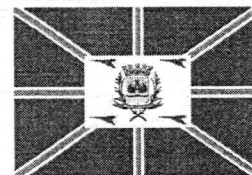
	sejam ativos, participativos, autônomos, plurais e atuantes (constante).
Meta	Permanente
Indicador	Dados de acompanhamento lançados no Sistema Municipal de Informações Culturais
Responsável	FAEC
Alinhamento Estadual	Não se aplica
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Descentralizar a cultura, sistematizar as ações de suas unidades vinculadas e fortalecer seus quadros institucionais e carreiras, otimizando o emprego de recursos e garantindo o exercício de suas competências.
Ações e Prazos	Contratar capacitação para os servidores da FAEC (até dezembro 2020); Redefinir organograma da fundação, estimando novos cargos para próximo concurso, aprovar e lançar edital (julho de 2021).
Meta	1ª Formação em políticas públicas e fundações com 60% dos servidores (até dezembro 2020); Preenchimento de 50% do organograma da fundação até 2022
Indicador	Desenvolvimento de organograma para fundação e ambientes sob seu controle + Constituição de concursos públicos para preenchimento das vagas pertinentes
Responsável	FAEC
Alinhamento Estadual	Eixos 1 e 2
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Instituir instâncias de diálogo, consulta às instituições culturais, discussão pública e colaboração técnica para adoção de marcos legais para a gestão e o financiamento das políticas culturais e o apoio aos segmentos culturais e aos grupos, respeitando a diversidade da cultura
Ações e Prazos	Levantar informações sobre agentes culturais, conforme a Diretriz de Mapeamento dos agentes produtores de cultura formando cadastro para identificação de demandas a serem institucionalizadas; Criar canal de comunicação direta com agentes culturais (até julho 2021); Divulgar amplamente os canais de comunicação (constante); Manter atualizado os canais de comunicação de transparência da fundação (constante).
Meta	Total interlocução e mapeamento até dezembro de 2021
Indicador	Dados de acompanhamento lançados no Sistema Municipal de Informações Culturais
Responsável	FAEC
Alinhamento Estadual	Não se aplica
Alinhamento Nacional	Não se aplica



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



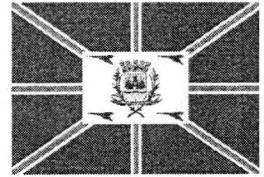
Diretriz	Consolidar as conferências, fóruns e seminários que envolvam a formulação e o debate sobre as políticas culturais, consolidando espaços de consulta, reflexão crítica, avaliação e proposição de conceitos e estratégias.
Ações e Prazos	Garantir a realização das conferências (duas por ano); Ampliar a participação nos fóruns de debate do setor (constante); Divulgar amplamente os canais de comunicação (constante).
Meta	Atuação permanente junto aos grupos representativos
Indicador	Dados de acompanhamento lançados no Sistema Municipal de Informações Culturais + Parceria nos eventos relativos a diretriz.
Responsável	FAEC
Alinhamento Estadual	Não se aplica
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Aprimorar e ampliar os mecanismos de comunicação e de colaboração entre os órgãos e instituições públicas e organizações sociais e institutos privados, de modo a sistematizar informações, referências e experiências acumuladas em diferentes setores do governo, iniciativa privada e associações civis.
Ações e Prazos	Identificar os canais de comunicação dos meios referidos nesta diretriz (constante); Analisar possibilidade de melhoria destes meios e instituí-las (constante).
Meta	Criação de rede de monitoramento e informação até julho de 2021
Indicador	Criação de sistema de acesso interno à FAEC para monitoramento e acompanhamento da rede por meio do Sistema Municipal de Informações Culturais
Responsável	FAEC + Município de Araguari
Alinhamento Estadual	Eixo 2
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Fortalecer o Fundo Municipal de Cultura como mecanismo central de fomento.
Ações e Prazos	Oficiar mensalmente Chefe do Executivo e a Secretaria Municipal de Fazenda sobre o valor a ser repassado; promover gestões para a efetivação dos repasses (até 30 de agosto de cada ano); estabelecer e manter atualizados mecanismos de consultas e fiscalizações de efetivação destes repasses (constante); estabelecer plano de regularização dos passivos referente aos repasses do fundo (até julho 2021).
Meta	Garantir a regularização dos repasses até dezembro de 2023; Garantir o pagamento do passivo devido ao fundo municipal de cultura até dezembro de 2025.
Indicador	Depósitos da Fazenda Pública Municipal à conta do Programa Municipal de Incentivo à Cultura (Banco do Brasil, agência 90-6, conta 32017-X)
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



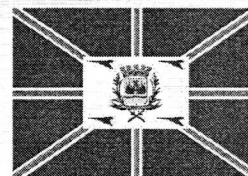
Alinhamento Estadual	Não se aplica
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Estabelecer programas específicos para setores culturais, principalmente para artes visuais, música, artes cênicas, literatura, audiovisual, patrimônio, museus, diversidade cultural e cultura digital, garantindo percentuais equilibrados de alocação de recursos em cada uma das políticas setoriais.
Ações e Prazos	Construir grupo de trabalho permanente para análise e atualização do Programa Municipal de Cultura a partir das proposições do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Araguari (constante); apresentar as atualizações a Diretoria da FAEC (todo mês de outubro de cada ano).
Meta	Atualização do Programa Municipal de Incentivo à Cultura com setorização, melhoramento do edital e desenvolvimento de percentuais de incentivo até 2022.
Indicador	Reuniões do Conselho Curador, COPMIC e CAS para desenvolvimento das atualizações.
Responsável	FAEC + Câmara Municipal
Alinhamento Estadual	Não se aplica
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Aderir aos programas de financiamento conjunto entre as três esferas da Federação, por meio da manutenção do Fundo Municipal de Cultura.
Ações e Prazos	Levantar junto as esferas da Federação quais são os possíveis programas de financiamentos (permanente); aderir e regularizar aos programas identificados no levantamento (permanente)
Meta	Assinatura de no mínimo um convênio/financiamento ao ano.
Indicador	Assinatura dos convênios e documentação pertinente, aprovação da legislação necessárias com os programas de financiamento e outras instâncias dos Poderes Públicos concernentes.
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal
Alinhamento Estadual	Não se aplica
Alinhamento Nacional	Não se aplica
Diretriz	Ampliar as fontes de recursos do Fundo Municipal de Cultura, buscando fontes em doações e outros montantes para além dos oriundos do caixa do Município de Araguari.
Ações e Prazos	Identificar e captar possíveis outras fontes de recursos não oriundas da Administração Pública (permanente).
Meta	Ampliar anualmente em 10% o volume de recursos arrecadados desta mesma fonte, comparado ao ano anterior.
Indicador	Número de convênios assinados e doações recebidas conforme dados de monitoramento do Sistema Municipal de Informações Culturais, Transparência Pública e site oficial da Fundação



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



Responsável	FAEC + Município de Araguari
Alinhamento Estadual	Não se aplica
Alinhamento Nacional	Não se aplica

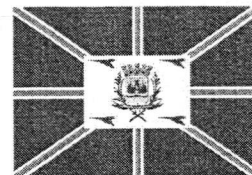
Diretriz	Criar, difundir e consolidar a gestão de patrocínios privados ou parcerias público privadas para manutenção dos Fundos Municipais de Cultura e de Preservação do Patrimônio Histórico do Município de Araguari.
Ações e Prazos	Propor aprimoramento da legislação tributária do Município na busca de aumentar receitas para estes fundos (a partir de fevereiro de 2021); regulamentar legislação de parceria público privado visando financiar os Fundos Municipais de Cultura e de Preservação do Patrimônio Histórico do Município (até dezembro 2021).
Meta	Criação do Programa de Parcerias e desenvolvimento do 1º edital até dezembro de 2021.
Indicador	Atas de reuniões do Conselho de Patrimônio Histórico e aprovações de legislação pertinente para efetivação da diretriz
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Não se aplica
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Estabelecer e fomentar programas de amparo e apoio à manutenção e gestão em rede de equipamentos culturais, potencializando investimento e garantindo padrões de qualidade.
Ações e Prazos	Mapear todos os equipamentos culturais, estabelecer paralelo com equipamentos de referência, levantando as necessidades de modernização e adequação destes espaços (até julho 2021); estabelecer projetos para execução na modernização dos espaços; captar recursos em todos os meios existentes para execuções dos projetos (permanente).
Meta	Manutenção e modernização de ao menos um espaço ao ano.
Indicador	Dados de monitoramento no Sistema Municipal de Informação Cultural + Licitações para reformas + Aquisição de equipamentos + Modernização de estruturas
Responsável	FAEC + Município de Araguari
Alinhamento Estadual	Eixo 2
Alinhamento Nacional	Meta 31, 32, 33 e 34

Diretriz	Estabelecer regimentos e editais para uso e manutenção dos equipamentos culturais existentes.
Ações e Prazos	Publicar o regimento da Casa Cultura “Abdala Mameri” (até dezembro 2020); publicar o regimento da Biblioteca Pública Municipal “Professor Paulo” (até março 2021); publicar o regimento do Espaço Museal “Dr. Calil Porto” e Museu dos Ferroviários (até julho 2021); publicar o regimento do anfiteatro da



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



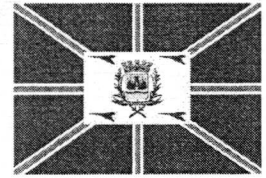
	Praça do Céu e Casa do Artesão (até dezembro 2021); Identificar necessidade de manutenção dos espaços levantando os devidos mecanismos legais para manutenção (permanente); Publicar edital para uso e dos equipamentos culturais existentes ao menos uma vez ao ano.
Meta	Todos os regimentos publicados até dezembro 2021. Ao menos um edital para uso dos equipamentos até dezembro 2021.
Indicador	Edital e regimentos implantados para cada equipamento cultural.
Responsável	FAEC + Município de Araguari
Alinhamento Estadual	Não se aplica
Alinhamento Nacional	Meta 31

Diretriz	Reabilitar os teatros, praças, centros comunitários, bibliotecas, cineclubes e cinemas de bairros, criando e aderindo a programas estaduais e nacionais de circulação de produtos, circuitos de exibição cinematográfica, eventos culturais e demais programações.
Ações e Prazos	Mapear os equipamentos culturais ativos e inativos, identificando sua real viabilidade de reativação (até dezembro 2021); Restaurar e reativar a Estação Marciano Santos no Distrito de Amanhece com o intuito da implantação de uma biblioteca (até julho 2021); dar ampla publicidade aos equipamentos culturais, suas ações e ocupações por meio do sistema municipal de informações culturais e os canais de comunicação da Fundação (até julho de 2021).
Meta	100% de espaços reabilitados até 2024.
Indicador	Dados de monitoramento no Sistema Municipal de Informação Cultural + Licitações para reformas + Aquisição de equipamentos + Modernização de estruturas
Responsável	FAEC + Município de Araguari
Alinhamento Estadual	Eixo 2
Alinhamento Nacional	Meta 31, 33 e 37

Diretriz	Garantir que os equipamentos culturais ofereçam infraestrutura, arquitetura, design, equipamentos, programação, acervos e atividades culturais qualificados e adequados às expectativas de acesso, de contato e de fruição do público, garantindo a especificidade de pessoas com necessidades especiais.
Ações e Prazos	Mapear as necessidades de todos os espaços atuais com intuito de adequar cada espaço conforme diretriz (até julho 2021); criar um planejamento com descrição de prazo e investimentos necessários para adequação e execução (até dezembro de 2021); Elaborar projetos para adequar os equipamentos culturais existentes e novos, visando atender a legislação de acessibilidade (até julho 2021); elaborar projeto incêndio e pânico para a Casa da Cultura “Abdala Mameri” e Espaço Museal “Dr. Calil Porto” (até julho de 2021).
Meta	100% de espaços readequados até final 2022.



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



Indicador	Dados de monitoramento no Sistema Municipal de Informação Cultural + Licitações para reformas + Aquisição de equipamentos + Modernização de estruturas
Responsável	FAEC + Município de Araguari
Alinhamento Estadual	Não se aplica
Alinhamento Nacional	Metas 31, 32, 33 e 34

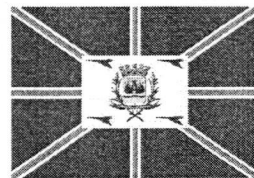
Diretriz	Construir prédio público que contemple sala de espetáculos estruturadas e equipadas, salas de oficina para teatro, dança, música, artes visuais e outros segmentos.
Ações e Prazos	Criar e aprovar o projeto para construção do espaço.
Meta	Início das obras até dezembro de 2021.
Indicador	Projeto Aprovado + Processo de Licitação + Início das Obras
Responsável	FAEC + Município de Araguari
Alinhamento Estadual	Eixo 1
Alinhamento Nacional	Meta 31

Diretriz	Mapear espaços ociosos do patrimônio público e imóveis do Município de Araguari e criar programas para apoiar e estimular o seu uso para a realização de manifestações artísticas e culturais, espaços de ateliês, plataformas criativas e núcleos de produção independente.
Ações e Prazos	Incluir o mapeamento no senso cultural até julho de 2021 (conforme diretriz 01 do anexo I). Planejar um senso cultural até dezembro de 2020; licitar um instituto para este fim até 3 (três) meses; acompanhar a entrega do senso pela empresa contratada e dar ampla divulgação ao processo e ao resultado (indeterminado); criar um grupo de trabalho para propor programas de ocupação e manutenção dos espaços (até julho 2021).
Meta	100% de mapeamento realizado até julho de 2021.
Indicador	Dados de monitoramento no Sistema Municipal de Informação Cultural
Responsável	FAEC + Município de Araguari
Alinhamento Estadual	Eixo 01
Alinhamento Nacional	Meta 02

Diretriz	Promover parcerias público privadas de ocupação de espaços, acessados através de edital de ocupação.
Ações e Prazos	Mapear os locais propícios para ocupação (até julho 2021); Confeccionar e publicar edital de ocupação destes espaços (até dezembro de 2021); Dar ampla publicidade aos editais (permanente); prospectar e articular parceiros (permanente).
Meta	Estruturação de Edital e de Legislação pertinente para PPP Cultural até dezembro de 2021.
Indicador	Aprovação e sanção das regulações legais pertinente para o mesmo.



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



Responsável	FAEC + Município de Araguari
Alinhamento Estadual	Eixo 01, meta 01 e 02
Alinhamento Nacional	Meta 31

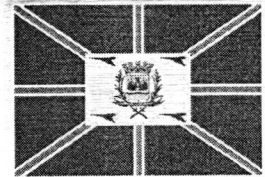
Diretriz	Promover a transformação e utilização de espaços públicos em equipamento culturais, que possuam estrutura necessária para Execução das atividades culturais, acessados através de edital de ocupação.
Ações e Prazos	Mapear os locais propícios para ocupação (até dezembro 2021).
Meta	3 (três) novos espaços garantidos como equipamentos culturais até dezembro de 2024.
Indicador	Formulação de PPP's; criação de legislação pertinente + Dados de monitoramento no Sistema Municipal de Informação Cultural + Licitações para reformas + Aquisição de equipamentos + Modernização de estruturas
Responsável	FAEC + Município de Araguari
Alinhamento Estadual	Eixo 01, meta 12
Alinhamento Nacional	Meta 31

Diretriz	Incentivar a instalação de espaços de exibição audiovisual nos centros urbanos.
Ações e Prazos	Identificar as demandas de cada localidade (até dezembro 2021); viabilizar parcerias público privada com locais já existentes visando promover esta diretriz (permanente).
Meta	Adesão a programas nacionais, estaduais e empresariais que digam respeito a diretriz até dezembro de 2021.
Indicador	Assinaturas de convênios + Participação em editais + Assinaturas de PPPs.
Responsável	FAEC + Município de Araguari
Alinhamento Estadual	Eixo 01
Alinhamento Nacional	Meta 31

Diretriz	Fomentar unidades móveis.
Ações e Prazos	Identificar os recursos necessários para promoção da diretriz (até julho 2021); Identificar e captar possíveis recursos financeiros ou não para promoção da diretriz (até dezembro 2021).
Meta	Criação de, ao menos, 1 (uma) unidade móvel de cinema e teatro/música até 2022.
Indicador	Efetivação de uma unidade móvel e diversificada de cultura.
Responsável	FAEC + Município de Araguari
Alinhamento Estadual	Eixo 01
Alinhamento Nacional	Metas 24, 28 e 31



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



ANEXO II

DAS COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI E AGENTES CULTURAIS

**PRIORIDADE: AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DA CULTURA NO
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

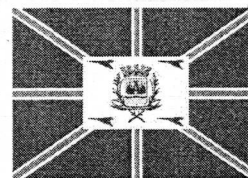
Diretriz	Criar o mecanismo de incentivo fiscal, de forma a aproveitar seus recursos no sentido de sustentabilidade e alinhamento às políticas públicas.
Ações e Prazos	Criar legislação específica sobre o tema (a partir de fevereiro de 2021).
Meta	Estruturação de uma linha incentivo a partir da Lei de Incentivo à Cultura (a partir de fevereiro de 2021 até dezembro de 2021).
Indicador	Envio, aprovação e sanção, pelas devidas instâncias, de regulamentação que trate do tema.
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 02
Alinhamento Nacional	Meta 52

Diretriz	Mapear, fortalecer e articular as cadeias produtivas que formam a economia da cultura.
Ações e Prazos	Planejar um senso cultural até julho de 2021 e seus implementos (conforme diretriz 01 do anexo I); investir em capacitações para agentes culturais (permanente); criar agenda de encontro setoriais com segmentos da cultura (permanente); promover canais de interlocuções entre as cadeias produtivas e as Entidades Representativas (permanente).
Meta	100% das cadeias produtivas de cultura mapeadas até dezembro de 2021.
Indicador	Dados de monitoramento no Sistema Municipal de Informação Cultural + Senso Cultural
Responsável	FAEC + Conselhos
Alinhamento Estadual	Eixo 02
Alinhamento Nacional	Metas 07 e 53

Diretriz	Estimular a organização formal dos setores culturais em sindicatos, associações, federações e outras entidades representativas.
Ações e Prazos	Planejar um senso cultural até julho de 2021 (conforme diretriz 01 do anexo I); Identificar a partir do senso cultural cada setor e promover encontros regulares (anualmente).
Meta	Promoção de encontros regulares e de formação semestral ou anual, até junho de 2022
Indicador	Atas + Fotos + Protocolos de intenção + Dados de monitoramento no Sistema Municipal de Informação Cultural
Responsável	FAEC



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



Alinhamento Estadual	Eixo 02
Alinhamento Nacional	Meta 11

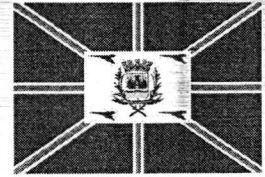
Diretriz	Instituir programas integrados de mapeamento do potencial turístico cultural, bem como de promoção, divulgação e marketing de produtos, contextos urbanos, destinos e roteiros turísticos culturais.
Ações e Prazos	Atualização da cartilha dos bens culturais tombados (anualmente); criar circuitos de visitação dos bens culturais tombados estabelecendo roteiro, identificação através de placas e guias turísticos juntamente com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (permanente); instituir e dar ampla publicidade ao Calendário Oficial de Eventos do Município de Araguari – COEMA (Lei nº 4.530/2009) (permanente).
Meta	100% do potencial turístico cultural mapeado até dezembro de 2024
Indicador	Senso ou Pesquisa + Dados de monitoramento no Sistema Municipal de Informação Cultural
Responsável	FAEC + Agentes Culturais + Empresas de Turismo e Ecoturismo
Alinhamento Estadual	Eixos 01 e 02
Alinhamento Nacional	Metas 05, 10 e 46

Diretriz	Inserir os produtores culturais, os criadores e artistas nas estratégias de qualificação e promoção do turismo, assegurando a valorização cultural dos locais e ambientes turísticos.
Ações e Prazos	Promover encontros de aproximação entre FAEC, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, agências de turismo, entidades de Classe visando desenvolver ações integradas de Cultura e Turismo (permanente).
Meta	Realizar ao menos uma ação conjunto anual.
Indicador	Publicação de atos normativos, editais e resoluções que regulamentem e permitam a ampla participação dos elementos da cadeia produtiva na constituição do potencial turístico
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Entidades de Classe + Conselhos + ONGs + Associações Culturais e de Bairro.
Alinhamento Estadual	Eixos 01 e 02
Alinhamento Nacional	Metas 10 e 48

Diretriz	Envolver os órgãos, gestores e empresários de turismo no planejamento e comunicação com equipamentos culturais, promovendo espaços de difusão de atividades culturais para fins turísticos.
Ações e Prazos	Promover aproximação entre o setor privado e agentes culturais no intuito de planejar e desenvolver ações integradas de Cultura e Turismo (permanente).



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



Meta	Criação do circuito municipal de exploração do turismo cultural até dezembro de 2022.
Indicador	Adesão de empresários e agentes culturais ao Circuito.
Responsável	FAEC
Alinhamento Estadual	Eixo 01
Alinhamento Nacional	Meta 10

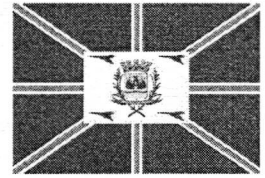
Diretriz	Promover o turismo cultural sustentável, aliando estratégias de preservação patrimonial e ambiental com ações de dinamização econômica e fomento às cadeias produtivas da cultura.
Ações e Prazos	Incentivar os agentes culturais que utilizam a preservação cultural e ambiental como instrumento de formação de suas cadeias produtivas através dos encontros regulares do setor cultural (permanente).
Meta	Criar ao menos um encontro com a temática de sustentabilidade até dezembro 2021.
Indicador	Formalização de roteiros turísticos; rotas de exploração turístico cultural; ações educativas e formação de guias turísticos habilitados com regulamentação local.
Responsável	FAEC + Conselho de Patrimônio Histórico + Município de Araguari
Alinhamento Estadual	Eixo 01
Alinhamento Nacional	Meta 10

Diretriz	Estimular a construção de diretrizes para o incentivo fiscal, de modo a permitir uma melhor distribuição dos recursos oriundos da renúncia conforme previsão legal, gerando maior distribuição entre as diferentes atividades culturais.
Ações e Prazos	Regulamentar a renúncia fiscal no Município de Araguari, conforme previsão legal, para captação de recursos para este fim a partir da isenção fiscal (até agosto de 2021);
Meta	Regulamentação em vigor até dezembro de 2022.
Indicador	Institucionalização por meio de leis ou decretos, o que for o caso, da regulamentação pertinente.
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 02
Alinhamento Nacional	Meta 10

Diretriz	Incentivar pesquisas e elaboração de materiais didáticos e de difusão referentes a conteúdos multiculturais, étnicos e de educação patrimonial, preferencialmente com autores locais.
Ações e Prazos	Atualizar a cartilha dos bens culturais tombados (anualmente); dar ampla publicidade aos materiais didáticos existentes (permanente); Promover edital de incentivo em parceria com Secretaria de



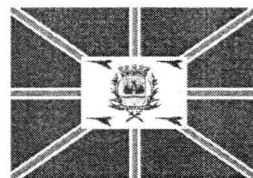
PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



	Educação para construção de uma edição de material didático relacionado ao tema (até dezembro de 2022).
Meta	Lançar ao menos um edital até dezembro de 2023.
Indicador	Criação de regulamentação e ferramenta legal que permite não só a adoção do material nas escolas do Município de Araguari, como também, a elaboração de tal conteúdo pelo Governo Municipal.
Responsável	FAEC + Secretaria de Educação + Conselhos de Educação e Cultura + Academia de Letras e Artes de Araguari
Alinhamento Estadual	Não se aplica
Alinhamento Nacional	Metas 12, 32, 34 e 36



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



ANEXO III

**DAS COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI E AGENTES CULTURAIS
E SOCIEDADE**

**PRIORIDADE: CONSOLIDAR A EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
CULTURA**

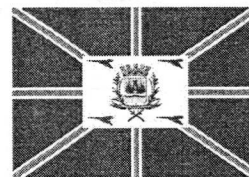
Diretriz	Estabelecer uma agenda compartilhada de programas, projetos e ações entre os órgãos de cultura e educação municipais, com o objetivo de desenvolver diagnósticos e planos conjuntos de trabalho.
Ações e Prazos	Identificar os representantes de cada setor cultural/educacional (senso); Criar um grupo de trabalho com os representantes dos setores (verificar prazo senso).
Meta	Consolidação da primeira agenda (até julho 2021).
Indicador	Publicação em Diário Oficial formalizando o grupo + Plano de trabalho publicado em Diário Oficial + Planejamento e diretrizes da parceria estruturados e amplamente divulgados
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 02
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Ampliar e regulamentar as contrapartidas socioculturais, de desconcentração, de acesso, de apoio à produção independente e de pesquisa para o incentivo a projetos com recursos público.
Ações e Prazos	Criar instrução normativa de contrapartidas culturais (até julho 2021). Dar ampla divulgação (permanente).
Meta	Criação de instrumento para apoio a grandes produções, eventos e pesquisas locais estabelecendo modelo de compensação ao erário público de quaisquer ordens de apoio (a partir de fevereiro de 2021).
Indicador	Publicação via decreto ou pelo meio pertinente de Instrução Normativa sobre o tema.
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 02
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Promover uma maior articulação das políticas públicas de cultura com as de outras áreas, como educação, meio ambiente, desenvolvimento social, planejamento urbano e econômico, turismo, indústria e comércio.
Ações e Prazos	Identificar quais as políticas públicas em desenvolvimentos com as demais áreas (até julho 2021).



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



Meta	Desenvolver mapeamento das políticas públicas e formação, regular e periódica, sobre as mesmas para a comunidade, sendo a primeira até dezembro de 2021.
Indicador	Dados de monitoramento no Sistema Municipal de Informação Cultural
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 02
Alinhamento Nacional	Meta 04

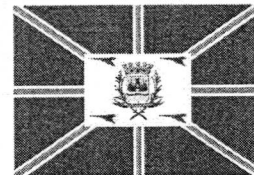
Diretriz	Realizar programas em parceria com o órgão de educação para que as escolas atuem também como centros de produção e difusão cultural das comunidades.
Ações e Prazos	Mapear as áreas de conhecimento (até julho de 2021); criar projetos de intervenção (até dezembro de 2021); articular aproximação dos Conselhos Municipal de Políticas Culturais de Araguari e de Educação para discutir o tema (permanente); executar os projetos aprovados (permanente).
Meta	Institucionalização até julho de 2022.
Indicador	Publicação via decreto ou pelo meio pertinente dos programas + Ampla divulgação na mídia + Dados de monitoramento no Sistema Municipal de Informação Cultural
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixos 01 e 02
Alinhamento Nacional	Metas 10, 12 e 14

Diretriz	Estabelecer uma política voltada ao desenvolvimento de ações culturais para a infância e adolescência, com financiamento e modelo de gestão compartilhado e intersetorial.
Ações e Prazos	Desenvolver estímulo em todos os Programas Municipais de Incentivo à Cultura relacionados a diretriz (a partir de fevereiro de 2021, e após permanente).
Meta	Criação de programa de incentivo de práticas que atendam a diretriz (a partir de fevereiro de 2021 até dezembro de 2022).
Indicador	Criação e aprovação de lei ou meio pertinente + Ampla divulgação na mídia + Controle e Monitoramento + Dados de monitoramento no Sistema Municipal de Informação Cultural
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixos 01 e 02
Alinhamento Nacional	Metas 12, 14 e 47

Diretriz	Fortalecer as políticas culturais setoriais visando à universalização do acesso e garantia ao exercício do direito à cultura.
-----------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



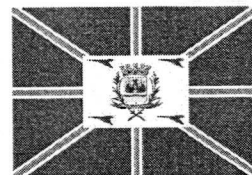
Ações e Prazos	Garantir a implementação de políticas públicas (permanente); realizar estudos para verificar a viabilidade de implantar criação de políticas setoriais (permanente).
Meta	Apresentar estudos até dezembro de 2022.
Indicador	Atas + Protocolos de Intensão + Compromissos formalizado em cartório + Fiscalização atuante do Ministério Público e Conselhos + Dados de monitoramento no Sistema Municipal de Informação Cultural
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 02
Alinhamento Nacional	Meta 47

Diretriz	Criar e implantar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC como instrumento de acompanhamento, avaliação e aprimoramento da gestão e das políticas públicas de cultura, em consonância com o Estado e a União.
Ações e Prazos	Estruturar a gestão dos indicadores do PMC (permanente); Mensurar e compilar indicadores e publicar no <i>site</i> da FAEC (permanente).
Meta	SMIIC em implantação até dezembro de 2021.
Indicador	Relatórios de Grupo de Trabalho + Atas de reunião + Implantação oficial da ferramenta + Divulgação e lançamento
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 02
Alinhamento Nacional	Meta 02

Diretriz	Aperfeiçoar os mecanismos de gestão participativa e democrática, governo eletrônico e a transparência pública, fazendo da internet, rádio e televisão, além dos espaços dos equipamentos públicos, canais de consulta permanente da gestão cultural do Município de Araguari.
Ações e Prazos	Aperfeiçoar todos os canais de comunicação da FAEC (permanente); Dar ampla divulgação aos mecanismos de transparência da FAEC (permanente); dar publicidade as todas as atas dos Conselhos (até julho 2021).
Meta	100% de canais criados até dezembro de 2021.
Indicador	Ampla divulgação + Relatórios do Grupo de Trabalho + Lançamento das ferramentas
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Não se aplica
Alinhamento Nacional	Não se aplica



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



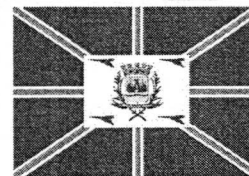
Diretriz	Fortalecer a atuação do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Araguari, como instância deliberativa, de consulta, monitoramento e debate sobre as políticas públicas e a gestão cultural do Município de Araguari.
Ações e Prazos	Aprovar as alterações em leis definidas pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais de Araguari (até julho 2021).
Meta	Alteração na legislação aprovada, conforme definição do Conselho, até dezembro de 2020.
Indicador	Publicação em Diário Oficial de alterações sancionadas da lei que cria o Conselho
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Não se aplica
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Ampliar a transparência e fortalecer o controle social sobre os modelos de gestão das políticas culturais e setoriais, ampliando o diálogo com os segmentos artísticos e culturais.
Ações e Prazos	Criar mecanismo de consulta pública para os assuntos pertinentes da Fundação Aragarina de Educação e Cultura (permanente); definir assuntos a serem consultados e dar publicidade (permanente).
Meta	Criar ferramenta de consulta pública via site oficial até dezembro de 2021.
Indicador	Lançamento de site de consulta pública para assuntos culturais.
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixos 01 e 02
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Realizar a Conferência Municipal de Cultura, pelo menos, a cada 2 (dois) anos, envolvendo a sociedade civil, os gestores públicos e privados, as organizações e instituições culturais e os agentes artísticos e culturais.
Ações e Prazos	Planejar, divulgar e realizar as Conferências (até setembro 2021).
Meta	Ampliar a participação e garantir a realização da CMC no prazo definido até dezembro de 2022
Indicador	Atas de Reunião do Grupo de Trabalho + Divulgação nos meios de comunicação + Relatórios finais + Eventos Preparatórios + Fotos + Efetivação do Evento
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixos 01 e 02
Alinhamento Nacional	Metas 01 e 49



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



Diretriz	Acompanhar e avaliar este Plano Municipal de acordo com os indicadores estabelecidos pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC.
Ações e Prazos	Acompanhar e avaliar ações e metas do PMC (permanente); realizar encontro anual com representantes do setor para apresentar <i>status</i> do PMC (anual); abrir uma consulta pública no <i>site</i> da FAEC sobre a temática do PMC (até julho 2021).
Meta	50% do plano implantado até 2022.
Indicador	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC + Dados de monitoramento no Sistema Municipal de Informação Cultural
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixos 01 e 02
Alinhamento Nacional	Não se aplica

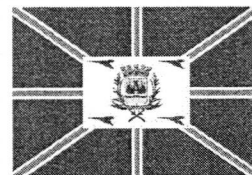
Diretriz	Estimular o relacionamento entre os diversos atores locais da política municipal de proteção ao patrimônio cultural, realizando reuniões para deliberações conjuntas entre os conselhos de patrimônio cultural, de políticas culturais de Araguari, de meio ambiente e de planejamento urbano ou da cidade.
Ações e Prazos	Definir Deliberações conjuntas para a preservação do patrimônio cultural (até dezembro 2021).
Meta	Organização de reunião conjunta mensal, sendo a primeira até dezembro de 2020
Indicador	Atas das reuniões envolvendo esses agentes
Responsável	FAEC + Prefeitura + Conselhos
Alinhamento Estadual	Eixo 3
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Criar e institucionalizar Programa de Incentivo a Preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial.
Ações e Prazos	Rever a Legislação Municipal vigente (até dezembro de 2021).
Meta	Programa 100% implantado até dezembro de 2024.
Indicador	Publicação de atos e regulações pertinentes + Aprovação de legislação cabível, se for o caso + Dados de monitoramento no Sistema Municipal de Informação e Indicadores Culturais
Responsável	FAEC + Município de Araguari+ Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 3
Alinhamento Nacional	Metas 5 e 10

Diretriz	Dar visibilidade e apoio aos Museus que fazem a salvaguarda de nosso patrimônio cultural móvel.
Ações e Prazos	Dar ampla publicidade as atividades inerentes dos Museus (permanente); licitar totens de pesquisas (até dezembro 2021).



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



Meta	Desenvolver plataforma própria de divulgação, por meio da internet ou outro (até março de 2021).
Indicador	Ampla divulgação dos museus e suas atividades + Clipping anexo a plataforma de transparência pública da FAEC + Implantação de totens de pesquisa nos museus e bens tombados de propriedade do Município de Araguari.
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Conselhos
Alinhamento Estadual	Eixo 3
Alinhamento Nacional	Metas 18 e 35

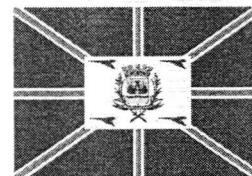
Diretriz	Monitorar os bens protegidos, incluindo as ações de restauração e conservação (manutenção), as quais deverão ser sempre executadas com rigor e conhecimento técnicos e incluem projeto, orçamento, captação e gestão de recursos, licitação, contratação, acompanhamento assim como a inscrição de projetos para leis de incentivo ou fundos especiais, acompanhamento de convênios e outros.
Ações e Prazos	Rever Legislação Municipal vigente de aprovações de projetos de construção, reforma, demolição e ampliação, bem como, treinar os agentes públicos responsáveis pela aprovação destes (até dezembro 2021).
Meta	Implantar meio de monitoramento até março de 2022.
Indicador	Publicação dos processos e etapas de restauro e conservação dos bens + Licitações e Contratos/PPPs ou TACs + Dados de monitoramento no Sistema Municipal de Informação e Indicadores Culturais
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 3
Alinhamento Nacional	Meta 5

Diretriz	Garantir a efetividade das ações de gestão nos bens culturais, através da manutenção, na FAEC, de uma equipe técnica qualificada e, frequentemente, atualizada tecnicamente.
Ações e Prazos	Estimular a qualificação profissional (permanente).
Meta	Regulamentar formação recorrente dos profissionais anualmente + Realizar concursos para ampliação de equipe técnica regularmente, quando for necessário
Indicador	Editais + Ampla divulgação de formações
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos
Alinhamento Estadual	Eixo 3
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Exigir a sinalização turística e de trânsito, de cunho histórico e ambiental, para informação dos transeuntes, visitantes e da população local acerca do patrimônio material e natural tombado.
-----------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



Ações e Prazos	Mapear os bens inventariados e tombados (até julho 2021); licitar placas de sinalização dos bens tombados (até setembro 2021).
Meta	100% dos bens catalogados largamente sinalizados até dezembro de 2021.
Indicador	Registro fotográfico da comunicação sinalizada + Ampla divulgação da ação
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 3
Alinhamento Nacional	Não se aplica

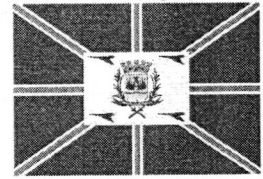
Diretriz	Promover a identificação e o registro dos bens imateriais (intangíveis), sobretudo aos ligados a ferrovia, ao café, as tradições rurais, as celebrações e as práticas culturais coletivas.
Ações e Prazos	Estabelecer e Executar Plano de Inventário de bens imateriais (permanente).
Meta	Realizar o registro dos bens imateriais a medida que os inventários são homologados pelo Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Araguari.
Indicador	Relatórios + Portfólio enviado ao IEPHA e IPHAN + Dados de monitoramento no Sistema Municipal de Informação e Indicadores Culturais
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Conselho de Patrimônio
Alinhamento Estadual	Eixo 3
Alinhamento Nacional	Meta 5

Diretriz	Estabelecer na legislação tributária municipal o incentivo para empresas que se instalam em bens culturais protegidos ou que façam a manutenção de bens tombados ou inventariados.
Ações e Prazos	Estabelecer Incentivos fiscais e/ou tributários para empresas participarem da preservação do patrimônio cultural com legislação a ser implantada (a partir de fevereiro de 2021 até dezembro de 2021).
Meta	Implantação do programa até abril de 2022.
Indicador	Publicação de atos e regulações pertinentes + Aprovação de legislação cabível, se for o caso + Dados de monitoramento no Sistema Municipal de Informação Cultural
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselho de Patrimônio
Alinhamento Estadual	Eixos 2 e 3
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Garantir os efeitos da proteção municipal sobre o bem cultural: bem material tombado e/ou inventariado.
-----------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



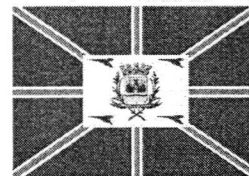
Ações e Prazos	Executar a nível municipal a Deliberação Normativa 001/2019 do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Araguari (permanente).
Meta	Desenvolver resolução com instrumentos punitivos ao descumprimento da proteção municipal desses bens até dezembro 2022.
Indicador	Acompanhamento de grupo de trabalho + Publicações de atos e regulações pertinentes + Dados de monitoramento no Sistema Municipal de Informação Cultural
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 3
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Estabelecer prazo para tombamento dos bens inventariados, criando, institucionalizando e consolidando instrução normativa para realização dos procedimentos de tombamento conforme a legislação vigente nas esferas municipal, estadual e federal.
Ações e Prazos	Reavaliar inventário do patrimônio cultural para bens com proposta de tombamento e após homologação do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Araguari, definir ou não o tombamento (permanente).
Meta	Desenvolver resolução de plano de proteção municipal garantindo etapas e prazos, até dezembro 2022.
Indicador	Acompanhamento de grupo de trabalho + Publicações de atos e regulações pertinentes + Dados de monitoramento no Sistema Municipal de Informação Cultural
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 3
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Estimular um ambiente de formação continuada para o aprimoramento dos servidores municipais e a comunidade em geral, tendo em vista que a FAEC é uma instituição com atribuição para a realização de cursos, congressos, fóruns, seminários e simpósios, com duração mínima de 4h (quatro horas), exclusivamente nas áreas do direito, gestão de fundos especiais, arquitetura e teoria do restauro, historiografia, educação, meio ambiente, gestão cultural e turismo relacionado ao patrimônio.
Ações e Prazos	Criar cursos técnicos presenciais e a distância com formação de turmas anuais (permanente).
Meta	Formar a 1º turma de técnicos e especialistas nas diversas áreas do conhecimento ligadas ao patrimônio cultural até 2022.
Indicador	Equipe Técnica Multidisciplinar + Plataforma de Ensino EAD + Espaço Físico de aulas no Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Antiga Estrada de Ferro Goiás



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 3
Alinhamento Nacional	Metas 28 e 36

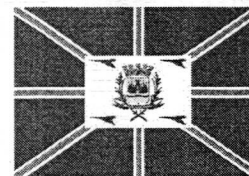
Diretriz	Promover a valorização do bem cultural imaterial através da implementação de ações para efetivar o registro destes bens e definir o Plano de Salvaguarda de cada bem cultural registrado pelo Município de Araguari.
Ações e Prazos	Realizar o inventário de bens imateriais dentro no Plano de Execução de Inventários (até dezembro 2021).
Meta	Cumprir o Plano de Execução de Inventários anualmente
Indicador	Equipe Técnica Multidisciplinar + Estrutura de Apoio
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 3
Alinhamento Nacional	Metas 5 e 10

Diretriz	Desenvolver ações de manifestações culturais em bens tombados ou inventariados ou no seu entorno resgatando o espírito do lugar.
Ações e Prazos	Criar o circuito das manifestações culturais englobando os bens inventariados e tombados restaurados como atrativo turístico (até dezembro de 2021).
Meta	Valorizar e integrar o patrimônio cultural nas vivências individuais e coletivas.
Indicador	Políticas Públicas de Incentivo + Treinamento de Agentes Culturais
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 3
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Desenvolver ações conjuntas para estimular e desenvolver a percepção cognitiva das diversas fases da formação humana sobre a sustentabilidade do patrimônio cultural, interagindo crianças, jovens, adultos e idosos nessa construção.
Ações e Prazos	Aplicar a Educação Patrimonial incorporando-a no currículo escolar nos diferentes níveis de formação (a partir do ano letivo de 2022).
Meta	Formar e conscientizar sobre a importância da valorização e preservação cultural com atividades integradas onde os mais idosos relatam os fatos históricos e culturais interagindo com os mais jovens
Indicador	Material Didático + Aperfeiçoamento docente + Atividades Coletivas + Estrutura de Apoio
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 3



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



Alinhamento Nacional	Metas 4 e 5
-----------------------------	-------------

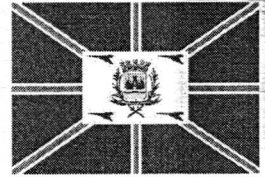
Diretriz	Desenvolver o processo de diagnóstico e planejamento continuado para o desenvolvimento das políticas de documentação, conservação e preservação e do uso sustentável do patrimônio cultural.
Ações e Prazos	Implantar o Sistema de Gestão Georeferenciado do Patrimônio Cultural - SGGPC com o diagnóstico setorial das ocorrências históricas e culturais e suas atualizações (até dezembro 2022).
Meta	Desenvolver políticas públicas de incentivo a preservação do patrimônio cultural e de relevância cultural no desenvolvimento sustentável da cidade nas zonas de preservação do patrimônio cultural e no entorno de bens inventariados e tombados até 2023.
Indicador	Software SGGPC + Equipe Técnica Multidisciplinar + Estrutura de Apoio
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 3
Alinhamento Nacional	Metas 5 e 28

Diretriz	Fomentar o patrimônio cultural nas dimensões histórica, simbólica, cidadã e do desenvolvimento urbano por meio da revitalização dos bens materiais e da sua inserção ao desenvolvimento econômico por meio do turismo cultural.
Ações e Prazos	Revitalizar os bens inventariados e tombados por meio de ações políticas de incentivos fiscais-tributários com repasses de verbas ao Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (até dezembro 2024).
Meta	Incentivar os proprietários de bens inventariados e tombados quanto a preservação e conservação destes para a implantação do turismo cultural com a criação de espaços para fomentar a economia cultural do Município de Araguari (até dezembro 2022).
Indicador	Políticas Públicas de Incentivo + Plano de Negócios Culturais + Gestão Cultural Sustentável
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 3
Alinhamento Nacional	Não se aplica

Diretriz	Reconhecer e valorizar os bens de relevância no meio ambiente cultural inseridos na paisagem cultural da cidade.
Ações e Prazos	Fomentar a importância do espaço urbano como gerador do legado cultural e reconhecer a paisagem urbana como ambiente cultural (até dezembro de 2024).
Meta	Estimular a preservação da paisagem urbana relevante já definida na Deliberação Normativa 001/2019 do CDMPC.



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



Indicador	Educação Patrimonial
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 3
Alinhamento Nacional	Meta 5

Diretriz	Aplicar “Educação Patrimonial” para profissionais da área da construção civil (arquitetos, engenheiros civis, mestre-de-obras, pedreiros, imobiliárias, corretores de imóveis) e outras categorias, por meio de convênios com conselhos ou entidades de classes, bem como, para proprietários de bens inventariados e tombados.
Ações e Prazos	Criar cursos de treinamento e aperfeiçoamento sobre a preservação e conservação do patrimônio cultural material imóvel (até dezembro de 2021).
Meta	Incentivar o conhecimento para a preservação consciente do nosso patrimônio cultural.
Indicador	Material Didático + Equipe Multidisciplinar + Estrutura de Apoio
Responsável	FAEC + Município de Araguari + Câmara Municipal + Conselhos, Associações e Fóruns
Alinhamento Estadual	Eixo 3
Alinhamento Nacional	Meta 9



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.343, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010.

Mensagem de veto

Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.

Regulamento

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Cultura, em conformidade com o § 3º do art. 215 da Constituição Federal, constante do Anexo, com duração de 10 (dez) anos e regido pelos seguintes princípios:

- I - liberdade de expressão, criação e fruição;
- II - diversidade cultural;
- III - respeito aos direitos humanos;
- IV - direito de todos à arte e à cultura;
- V - direito à informação, à comunicação e à crítica cultural;
- VI - direito à memória e às tradições;
- VII - responsabilidade socioambiental;
- VIII - valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável;
- IX - democratização das instâncias de formulação das políticas culturais;
- X - responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais;
- XI - colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura;
- XII - participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais.

Art. 2º São objetivos do Plano Nacional de Cultura:

- I - reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira;
- II - proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial;
- III - valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;
- IV - promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções;
- V - universalizar o acesso à arte e à cultura;
- VI - estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;
- VII - estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;
- VIII - estimular a sustentabilidade socioambiental;
- IX - desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais;
- X - reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;
- XI - qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado;
- XII - profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais;

XIII - descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura;

XIV - consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais;

XV - ampliar a presença e o intercâmbio da cultura brasileira no mundo contemporâneo;

XVI - articular e integrar sistemas de gestão cultural.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER PÚBLICO

Art. 3º Compete ao poder público, nos termos desta Lei:

I - formular políticas públicas e programas que conduzam à efetivação dos objetivos, diretrizes e metas do Plano;

II - garantir a avaliação e a mensuração do desempenho do Plano Nacional de Cultura e assegurar sua efetivação pelos órgãos responsáveis;

III - fomentar a cultura de forma ampla, por meio da promoção e difusão, da realização de editais e seleções públicas para o estímulo a projetos e processos culturais, da concessão de apoio financeiro e fiscal aos agentes culturais, da adoção de subsídios econômicos, da implantação regulada de fundos públicos e privados, entre outros incentivos, nos termos da lei;

IV - proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais, reconhecendo a abrangência da noção de cultura em todo o território nacional e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações;

V - promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural; a circulação e o intercâmbio de bens, serviços e conteúdos culturais; e o contato e a fruição do público com a arte e a cultura de forma universal;

VI - garantir a preservação do patrimônio cultural brasileiro, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira;

VII - articular as políticas públicas de cultura e promover a organização de redes e consórcios para a sua implantação, de forma integrada com as políticas públicas de educação, comunicação, ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, turismo, planejamento urbano e cidades, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, relações exteriores, dentre outras;

VIII - dinamizar as políticas de intercâmbio e a difusão da cultura brasileira no exterior, promovendo bens culturais e criações artísticas brasileiras no ambiente internacional; dar suporte à presença desses produtos nos mercados de interesse econômico e geopolítico do País;

IX - organizar instâncias consultivas e de participação da sociedade para contribuir na formulação e debater estratégias de execução das políticas públicas de cultura;

X - regular o mercado interno, estimulando os produtos culturais brasileiros com o objetivo de reduzir desigualdades sociais e regionais, profissionalizando os agentes culturais, formalizando o mercado e qualificando as relações de trabalho na cultura, consolidando e ampliando os níveis de emprego e renda, fortalecendo redes de colaboração, valorizando empreendimentos de economia solidária e controlando abusos de poder econômico;

XI - coordenar o processo de elaboração de planos setoriais para as diferentes áreas artísticas, respeitando seus desdobramentos e segmentações, e também para os demais campos de manifestação simbólica identificados entre as diversas expressões culturais e que reivindiquem a sua estruturação nacional;

XII - incentivar a adesão de organizações e instituições do setor privado e entidades da sociedade civil às diretrizes e metas do Plano Nacional de Cultura por meio de ações próprias, parcerias, participação em programas e integração ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.

§ 1º O Sistema Nacional de Cultura - SNC, criado por lei específica, será o principal articulador federativo do PNC, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada entre os entes federados e a sociedade civil.

§ 2º A vinculação dos Estados, Distrito Federal e Municípios às diretrizes e metas do Plano Nacional de Cultura far-se-á por meio de termo de adesão voluntária, na forma do regulamento.

§ 3º Os entes da Federação que aderirem ao Plano Nacional de Cultura deverão elaborar os seus planos decenais até 1 (um) ano após a assinatura do termo de adesão voluntária.

§ 4º O Poder Executivo federal, observados os limites orçamentários e operacionais, poderá oferecer assistência técnica e financeira aos entes da federação que aderirem ao Plano, nos termos de regulamento.

§ 5º Poderão colaborar com o Plano Nacional de Cultura, em caráter voluntário, outros entes, públicos e privados, tais como empresas, organizações corporativas e sindicais, organizações da sociedade civil, fundações, pessoas físicas e jurídicas que se mobilizem para a garantia dos princípios, objetivos, diretrizes e metas do PNC, estabelecendo termos de adesão específicos.

§ 6º O Ministério da Cultura exercerá a função de coordenação executiva do Plano Nacional de Cultura - PNC, conforme esta Lei, ficando responsável pela organização de suas instâncias, pelos termos de adesão, pela implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, pelo estabelecimento de metas, pelos regimentos e demais especificações necessárias à sua implantação.

CAPÍTULO III

DO FINANCIAMENTO

Art. 4º Os planos plurianuais, as leis de diretrizes orçamentárias e as leis orçamentárias da União e dos entes da federação que aderirem às diretrizes e metas do Plano Nacional de Cultura disporão sobre os recursos a serem destinados à execução das ações constantes do Anexo desta Lei.

Art. 5º O Fundo Nacional de Cultura, por meio de seus fundos setoriais, será o principal mecanismo de fomento às políticas culturais.

Art. 6º A alocação de recursos públicos federais destinados às ações culturais nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios deverá observar as diretrizes e metas estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. Os recursos federais transferidos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios deverão ser aplicados prioritariamente por meio de Fundo de Cultura, que será acompanhado e fiscalizado por Conselho de Cultura, na forma do regulamento.

Art. 7º O Ministério da Cultura, na condição de coordenador executivo do Plano Nacional de Cultura, deverá estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura de forma a atender os objetivos desta Lei e elevar o total de recursos destinados ao setor para garantir o seu cumprimento.

CAPÍTULO IV

DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 8º Compete ao Ministério da Cultura monitorar e avaliar periodicamente o alcance das diretrizes e eficácia das metas do Plano Nacional de Cultura com base em indicadores nacionais, regionais e locais que quantifiquem a oferta e a demanda por bens, serviços e conteúdos, os níveis de trabalho, renda e acesso da cultura, de institucionalização e gestão cultural, de desenvolvimento econômico-cultural e de implantação sustentável de equipamentos culturais.

Parágrafo único. O processo de monitoramento e avaliação do PNC contará com a participação do Conselho Nacional de Política Cultural, tendo o apoio de especialistas, técnicos e agentes culturais, de institutos de pesquisa, de universidades, de instituições culturais, de organizações e redes socioculturais, além do apoio de outros órgãos colegiados de caráter consultivo, na forma do regulamento.

Art. 9º Fica criado o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, com os seguintes objetivos:

I - coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do PNC e sua revisão nos prazos previstos;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados;

III - exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do PNC.

Art. 10. O Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC terá as seguintes características:

I - obrigatoriedade da inserção e atualização permanente de dados pela União e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios que vierem a aderir ao Plano;

II - caráter declaratório;

III - processos informatizados de declaração, armazenamento e extração de dados;

IV - ampla publicidade e transparência para as informações declaradas e sistematizadas, preferencialmente em meios digitais, atualizados tecnologicamente e disponíveis na rede mundial de computadores.

§ 1º O declarante será responsável pela inserção de dados no programa de declaração e pela veracidade das informações inseridas na base de dados.

§ 2º As informações coletadas serão processadas de forma sistêmica e objetiva e deverão integrar o processo de monitoramento e avaliação do PNC.

§ 3º O Ministério da Cultura poderá promover parcerias e convênios com instituições especializadas na área de economia da cultura, de pesquisas socioeconômicas e demográficas para a constituição do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. O Plano Nacional de Cultura será revisto periodicamente, tendo como objetivo a atualização e o aperfeiçoamento de suas diretrizes e metas.

Parágrafo único. A primeira revisão do Plano será realizada após 4 (quatro) anos da promulgação desta Lei, assegurada a participação do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC e de ampla representação do poder público e da sociedade civil, na forma do regulamento.

Art. 12. O processo de revisão das diretrizes e estabelecimento de metas para o Plano Nacional de Cultura - PNC será desenvolvido pelo Comitê Executivo do Plano Nacional de Cultura.

§ 1º O Comitê Executivo será composto por membros indicados pelo Congresso Nacional e pelo Ministério da Cultura, tendo a participação de representantes do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, dos entes que aderirem ao Plano Nacional de Cultura - PNC e do setor cultural.

§ 2º As metas de desenvolvimento institucional e cultural para os 10 (dez) anos de vigência do Plano serão fixadas pela coordenação executiva do Plano Nacional de Cultura - PNC a partir de subsídios do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e serão publicadas em 180 (cento e oitenta) dias a partir da entrada em vigor desta Lei.

Art. 13. A União e os entes da federação que aderirem ao Plano deverão dar ampla publicidade e transparência ao seu conteúdo, bem como à realização de suas diretrizes e metas, estimulando a transparência e o controle social em sua implementação.

Art. 14. A Conferência Nacional de Cultura e as conferências setoriais serão realizadas pelo Poder Executivo federal, enquanto os entes que aderirem ao PNC ficarão responsáveis pela realização de conferências no âmbito de suas competências para o debate de estratégias e o estabelecimento da cooperação entre os agentes públicos e a sociedade civil para a implementação do Plano Nacional de Cultura - PNC.

Parágrafo único. Fica sob responsabilidade do Ministério da Cultura a realização da Conferência Nacional de Cultura e de conferências setoriais, cabendo aos demais entes federados a realização de conferências estaduais e municipais para debater estratégias e estabelecer a cooperação entre os agentes públicos e da sociedade civil para a implantação do PNC e dos demais planos.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de dezembro de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guido Mantega

João Luiz Silva Ferreira

Este texto não substitui o publicado no DOU de 3.12.2010

ANEXO

PLANO NACIONAL DE CULTURA:

DIRETRIZES, ESTRATÉGIAS E AÇÕES

CAPÍTULO I – DO ESTADO FORTALECER A FUNÇÃO DO ESTADO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS
INTENSIFICAR O PLANEJAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES VOLTADAS AO CAMPO CULTURAL
CONSOLIDAR A EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CULTURA

O Plano Nacional de Cultura está voltado ao estabelecimento de princípios, objetivos, políticas, diretrizes e metas para gerar condições de atualização, desenvolvimento e preservação das artes e das expressões culturais, inclusive aquelas até então desconsideradas pela ação do Estado no País.

O Plano reafirma uma concepção ampliada de cultura, entendida como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos. Ela deve ser considerada em toda a sua extensão antropológica, social, produtiva, econômica, simbólica e estética.

O Plano ressalta o papel regulador, indutor e fomentador do Estado, afirmando sua missão de valorizar, reconhecer, promover e preservar a diversidade cultural existente no Brasil.

Aos governos e suas instituições cabem a formulação de políticas públicas, diretrizes e critérios, o planejamento, a implementação, o acompanhamento, a avaliação, o monitoramento e a fiscalização das ações, projetos e programas na área cultural, em diálogo com a sociedade civil.

O Sistema Nacional de Cultura - SNC, criado por lei específica, e o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC orientarão a instituição de marcos legais e instâncias de participação social, o desenvolvimento de processos de avaliação pública, a adoção de mecanismos de regulação e indução do mercado e da economia da cultura, assim como a territorialização e a nacionalização das políticas culturais.

Compete ao Estado:

- FORMULAR POLÍTICAS PÚBLICAS, identificando as áreas estratégicas de nosso desenvolvimento sustentável e de nossa inserção geopolítica no mundo contemporâneo, fazendo confluir vozes e respeitando os diferentes agentes culturais, atores sociais, formações humanas e grupos étnicos.
- QUALIFICAR A GESTÃO CULTURAL, otimizando a alocação dos recursos públicos e buscando a complementaridade com o investimento privado, garantindo a eficácia e a eficiência, bem como o atendimento dos direitos e a cobrança dos deveres, aumentando a racionalização dos processos e dos sistemas de governabilidade, permitindo maior profissionalização e melhorando o atendimento das demandas sociais.
- FOMENTAR A CULTURA de forma ampla, estimulando a criação, produção, circulação, promoção, difusão, acesso, consumo, documentação e memória, também por meio de subsídios à economia da cultura, mecanismos de crédito e financiamento, investimento por fundos públicos e privados, patrocínios e disponibilização de meios e recursos.
- PROTEGER E PROMOVER A DIVERSIDADE CULTURAL, reconhecendo a complexidade e abrangência das atividades e valores culturais em todos os territórios, ambientes e contextos populacionais, buscando dissolver a hierarquização entre alta e baixa cultura, cultura erudita, popular ou de massa, primitiva e civilizada, e demais discriminações ou preconceitos.
- AMPLIAR E PERMITIR O ACESSO compreendendo a cultura a partir da ótica dos direitos e liberdades do cidadão, sendo o Estado um instrumento para efetivação desses direitos e garantia de igualdade de condições, promovendo a universalização do acesso aos meios de produção e fruição cultural, fazendo equilibrar a oferta e a demanda cultural, apoiando a implantação dos equipamentos culturais e financiando a programação regular destes.
- PRESERVAR O PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL, resguardando bens, documentos, acervos, artefatos, vestígios e sítios, assim como as atividades, técnicas, saberes, linguagens e tradições que não encontram amparo na sociedade e no mercado, permitindo a todos o cultivo da memória comum, da história e dos testemunhos do passado.
- AMPLIAR A COMUNICAÇÃO E POSSIBILITAR A TROCA ENTRE OS DIVERSOS AGENTES CULTURAIS, criando espaços, dispositivos e condições para iniciativas compartilhadas, o intercâmbio e a cooperação, aprofundando o processo de integração nacional, absorvendo os recursos tecnológicos, garantindo as conexões locais com os fluxos culturais contemporâneos e centros culturais internacionais, estabelecendo parâmetros para a globalização da cultura.
- DIFUNDIR OS BENS, CONTEÚDOS E VALORES oriundos das criações artísticas e das expressões culturais locais e nacionais em todo o território brasileiro e no mundo, assim como promover o intercâmbio e a interação desses com seus equivalentes estrangeiros, observando os marcos da diversidade cultural para a exportação de bens, conteúdos, produtos e serviços culturais.
- ESTRUTURAR E REGULAR A ECONOMIA DA CULTURA, construindo modelos sustentáveis, estimulando a economia solidária e formalizando as cadeias produtivas, ampliando o mercado de trabalho, o emprego e a geração de renda, promovendo o equilíbrio regional, a isonomia de competição entre os agentes, principalmente em campos onde a cultura interage com o mercado, a produção e a distribuição de bens e conteúdos culturais internacionalizados.

São fundamentais para o exercício da função do Estado:

- o compartilhamento de responsabilidades e a cooperação entre os entes federativos;

- a instituição e atualização de marcos legais;
- a criação de instâncias de participação da sociedade civil;
- a cooperação com os agentes privados e as instituições culturais;
- a relação com instituições universitárias e de pesquisa;
- a disponibilização de informações e dados qualificados;
- a territorialização e a regionalização das políticas culturais;
- a atualização dos mecanismos de fomento, incentivo e financiamento à atividade cultural;
- a construção de estratégias culturais de internacionalização e de integração em blocos geopolíticos e mercados globais.

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

1.1 Fortalecer a gestão das políticas públicas para a cultura, por meio da ampliação das capacidades de planejamento e execução de metas, a articulação das esferas dos poderes públicos, o estabelecimento de redes institucionais das três esferas de governo e a articulação com instituições e empresas do setor privado e organizações da sociedade civil.

1.1.1 Consolidar a implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC como instrumento de articulação, gestão, informação, formação, fomento e promoção de políticas públicas de cultura com participação e controle da sociedade civil e envolvendo as três esferas de governo (federal, estadual e municipal). A implementação do Sistema Nacional de Cultura - SNC deve promover, nessas esferas, a constituição ou fortalecimento de órgãos gestores da cultura, conselhos de política cultural, conferências de cultura, fóruns, colegiados, sistemas setoriais de cultura, comissões intergestoras, sistemas de financiamento à cultura, planos e orçamentos participativos para a cultura, sistemas de informação e indicadores culturais e programas de formação na área da cultura. As diretrizes da gestão cultural serão definidas por meio das respectivas Conferências e Conselhos de Política Cultural, compostos por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de membros da sociedade civil, eleitos democraticamente. Os Órgãos Gestores devem apresentar periodicamente relatórios de gestão para avaliação nas instâncias de controle social do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

1.1.2 Apoiar iniciativas em torno da constituição de agendas, frentes e comissões parlamentares dedicadas a temas culturais, tais como a elevação de dotação orçamentária, o aprimoramento dos marcos legais, o fortalecimento institucional e o controle social.

1.1.3 Descentralizar o atendimento do Ministério da Cultura no território nacional, sistematizar as ações de suas instituições vinculadas e fortalecer seus quadros institucionais e carreiras, otimizando o emprego de recursos e garantindo o exercício de suas competências.

1.1.4 Consolidar a implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC, como instrumento de articulação para a gestão e profissionalização de agentes executores de políticas públicas de cultura, envolvendo a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade civil.

1.1.5 Atribuir a divisão de competências entre órgãos federais, estaduais e municipais, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC, bem como das instâncias de formulação, acompanhamento e avaliação da execução de políticas públicas de cultura.

1.1.6 Estimular a criação e instalação de secretarias municipais e estaduais de cultura em todo o território nacional, garantindo o atendimento das demandas dos cidadãos e a proteção dos bens e valores culturais.

1.1.7 Estimular a constituição ou fortalecimento de órgãos gestores, conselhos consultivos, conferências, fóruns, colegiados e espaços de interlocução setorial, democráticos e transparentes, apoiando a ação dos fundos de fomento, acompanhando a implementação dos planos e, quando possível, criando gestão participativa dos orçamentos para a cultura.

1.1.8 Estabelecer programas de cooperação técnica entre os entes da Federação para a elaboração de planos e do planejamento das políticas públicas, organizando consórcios e redes.

1.1.9 Estabelecer sistemas de integração de equipamentos culturais e fomentar suas atividades e planos anuais, desenvolvendo metas qualitativas de aprimoramento e atualização de seus modelos institucionais, de financiamento, de gestão e de atendimento ao público e elaborando programas para cada um dos seus focos setoriais de política pública.

1.1.10 Aprimorar e ampliar os mecanismos de comunicação e de colaboração entre os órgãos e instituições públicos e organizações sociais e institutos privados, de modo a sistematizar informações, referências e experiências acumuladas em diferentes setores do governo, iniciativa privada e associações civis.

1.1.11 Fortalecer as políticas culturais setoriais visando à universalização do acesso e garantia ao exercício do direito à cultura.

1.2 Consolidar a implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC como instrumento de acompanhamento, avaliação e aprimoramento da gestão e das políticas públicas de cultura.

1.2.1 Estabelecer padrões de cadastramento, mapeamento e síntese das informações culturais, a fim de orientar a coleta pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios de dados relacionados à gestão, à formação, à produção e à fruição de obras, atividades e expressões artísticas e culturais.

1.2.2 Estabelecer, no âmbito do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, os indicadores de acompanhamento e avaliação deste Plano Nacional.

1.2.3 Disseminar subsídios para formulação, implementação, gestão e avaliação das políticas culturais.

1.2.4 Implantar uma instituição pública nacional de estudos e pesquisas culturais.

1.3 Estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura e a coordenação entre os diversos agentes econômicos (governos, instituições e empresas públicas e privadas, instituições bancárias e de crédito) de forma a elevar o total de recursos destinados aos setores culturais e atender às necessidades e peculiaridades de suas áreas.

1.3.1 Incentivar a formação de consórcios intermunicipais, de modo a elevar a eficiência e a eficácia das ações de planejamento e execução de políticas regionais de cultura.

1.3.2 Elaborar, em parceria com bancos e agências de crédito, modelos de financiamento para as artes e manifestações culturais, que contemplem as particularidades e dinâmicas de suas atividades.

1.3.3 Promover o investimento para a pesquisa de inovação e a produção cultural independente e regional.

1.3.4 Realizar acordos com bancos e fundos públicos e privados de financiamento para oferecimento de linhas de crédito especiais para a produção artística e cultural, viabilizando a sua produção e circulação comercial.

1.3.5 Estimular o investimento privado de risco em cultura e a criação de fundos de investimento.

1.3.6 Estimular nos bancos estatais e de fomento linhas de crédito subsidiado para comunidades detentoras de bens culturais, para que possam realizar ações de preservação, de restauração, de promoção e de salvaguarda do patrimônio cultural.

1.3.7 Criar, em parceria com bancos públicos e bancos de fomento, linhas de crédito subsidiado para o financiamento da requalificação de imóveis públicos e privados situados em sítios históricos.

1.4 Ampliar e desconcentrar os investimentos em produção, difusão e fruição cultural, visando ao equilíbrio entre as diversas fontes e à redução das disparidades regionais e desigualdades sociais, com prioridade para os perfis populacionais e identitários historicamente desconsiderados em termos de apoio, investimento e interesse comercial.

1.4.1 Estabelecer critérios transparentes para o financiamento público de atividades que fortaleçam a diversidade nacional, o bem-estar social e a integração de esforços pelo desenvolvimento sustentável e socialmente justo.

1.4.2 Articular os marcos regulatórios dos mecanismos de fomento e incentivo das esferas federal, estadual e municipal.

1.4.3 Aprimorar os instrumentos legais de forma a dar transparência e garantir o controle social dos processos de seleção e de prestação de contas de projetos incentivados com recursos públicos.

1.4.4 Ampliar e regulamentar as contrapartidas socioculturais, de desconcentração regional, de acesso, de apoio à produção independente e de pesquisa para o incentivo a projetos com recursos oriundos da renúncia fiscal.

1.4.5 Ampliar e aprimorar a divulgação dos programas, ações e editais públicos de apoio à cultura.

1.4.6 Ampliar o uso de editais e comissões de seleção pública com a participação de representantes da sociedade na escolha de projetos para destinação de recursos públicos provenientes do orçamento e da renúncia fiscal, garantindo regras transparentes e ampla divulgação.

1.4.7 Incentivar o uso de editais pelas entidades financiadoras privadas, bem como por organizações não governamentais e outras instituições que ofereçam recursos para cultura.

1.4.8 Ampliar as linhas de financiamento e fomento à produção independente de conteúdos para rádio, televisão, internet e outras mídias, com vistas na democratização dos meios de comunicação e na valorização da diversidade cultural.

1.4.9 Incentivar a criação de linhas de financiamento e fomento para modelos de negócios culturais inovadores.

1.5 Fortalecer o Fundo Nacional de Cultura como mecanismo central de fomento.

- 1.5.1 Estabelecer programas de financiamento conjunto entre as três esferas da federação, por meio da reformulação do Fundo Nacional de Cultura.
- 1.5.2 Induzir à criação e à padronização dos fundos estaduais e municipais de cultura, por meio da regulamentação dos mecanismos de repasse do Fundo Nacional de Cultura, estimulando contrapartidas orçamentárias locais para o recurso federal alocado.
- 1.5.3 Estimular a criação, o aprimoramento do gerenciamento técnico dos empenhos e o controle social dos fundos de cultura, priorizando a distribuição de recursos por meio de mecanismos de seleção pública e de editais de chamamento de projetos.
- 1.5.4 Estabelecer programas específicos para setores culturais, principalmente para artes visuais, música, artes cênicas, literatura, audiovisual, patrimônio, museus e diversidade cultural, garantindo percentuais equilibrados de alocação de recursos em cada uma das políticas setoriais.
- 1.5.5 Estabelecer mecanismos complementares de fomento e financiamento tornando o FNC sócio de empreendimentos culturais e permitindo a incorporação de receitas advindas do sucesso comercial dos projetos.
- 1.5.6 Ampliar as fontes de recursos do Fundo Nacional de Cultura, buscando fontes em extrações das loterias federais, doações e outros montantes para além dos oriundos do caixa geral da União.
- 1.6 Aprimorar o mecanismo de incentivo fiscal, de forma a aproveitar seus recursos no sentido da desconcentração regional, sustentabilidade e alinhamento às políticas públicas.
- 1.6.1 Estimular a construção de diretrizes para o incentivo fiscal, de modo a permitir uma melhor distribuição dos recursos oriundos da renúncia, gerando maior distribuição no território nacional e entre as diferentes atividades culturais.
- 1.6.2 Estabelecer percentuais diferenciados de renúncia fiscal baseados em critérios objetivos que permitam aferir o nível de comprometimento do projeto com as políticas públicas de cultura.
- 1.6.3 Estimular a contrapartida do setor privado e das empresas usuárias dos mecanismos de compensação tributária, de modo a aumentar os montantes de recursos de copatrocínio e efetivar a parceria do setor público e do setor privado no campo da cultura.
- 1.6.4 Estimular pessoas físicas a investir em projetos culturais por meio dos mecanismos de renúncia fiscal, principalmente em fundos fiduciários que gerem a sustentabilidade de longo prazo em instituições e equipamentos culturais.
- 1.6.5 Promover a autonomia das instituições culturais na definição de suas políticas, regulando e incentivando sua independência em relação às empresas patrocinadoras.
- 1.7 Sistematizar instrumentos jurídicos e normativos para o aprimoramento dos marcos regulatórios da cultura, com o objetivo de fortalecer as leis e regimentos que ordenam o setor cultural.
- 1.7.1 Fortalecer as comissões de cultura no Poder Legislativo federal, estadual e municipal, estimulando a participação de mandatos e bancadas parlamentares no constante aprimoramento e na revisão ocasional das leis, garantindo os interesses públicos e os direitos dos cidadãos.
- 1.7.2 Promover programas de cooperação técnica para atualização e alinhamento das legislações federais, estaduais e municipais, aprimorando os marcos jurídicos locais de institucionalização da política pública de cultura.
- 1.7.3 Estabelecer instrumentos normativos relacionados ao patrimônio cultural para o desenvolvimento dos marcos regulatórios de políticas territoriais urbanas e rurais, de arqueologia pré-histórica e de história da arte.
- 1.7.4 Garantir a participação efetiva dos órgãos executivos e comissões legislativas de cultura nos processos de elaboração, revisão e execução da lei orgânica e dos planos diretores dos Municípios.
- 1.7.5 Contribuir para a definição dos marcos legais e organizacionais que ordenarão o desenvolvimento tecnológico, a sustentabilidade e a democratização da mídia audiovisual e digital.
- 1.7.6 Estimular a participação dos órgãos gestores da política pública de cultura no debate sobre a atualização das leis de comunicação social, abrangendo os meios impressos, eletrônicos e de internet, bem como os serviços de infraestrutura de telecomunicações e redes digitais.
- 1.7.7 Fortalecer e aprimorar os mecanismos regulatórios e legislativos de proteção e gestão do patrimônio cultural, histórico e artístico e dos museus brasileiros.
- 1.8 Instituir e aprimorar os marcos regulatórios em articulação com o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e organizações internacionais dedicadas ao tema.
- 1.8.1 Revisar a legislação tributária aplicada às indústrias da cultura, especialmente os segmentos do audiovisual, da música e do livro, levando em conta os índices de acesso em todo o território nacional e o advento da

convergência digital da mídia, sem prejuízo aos direitos dos criadores.

1.8.2 Instituir instrumentos tributários diferenciados para beneficiar a produção, difusão, circulação e comercialização de bens, produtos e serviços culturais.

1.8.3 Criar políticas fiscais capazes de carrear recursos oriundos do turismo em benefício dos bens e manifestações de arte e cultura locais.

1.8.4 Criar regras nacionais de tributação adequadas à especificidade das atividades artísticas e culturais itinerantes.

1.8.5 Promover o tratamento igualitário no que tange ao controle da saída e entrada de bens culturais no País, desburocratizando os seus trâmites e simplificando a legislação para o trânsito e recepção de obras para exposições. Contribuir para o combate ao tráfico ilícito de bens culturais.

1.8.6 Estabelecer o direito de preferência do Estado brasileiro sobre as instituições estrangeiras em ocasiões de venda de obras de arte nacionais de interesse público.

1.9 Fortalecer a gestão pública dos direitos autorais, por meio da expansão e modernização dos órgãos competentes e da promoção do equilíbrio entre o respeito a esses direitos e a ampliação do acesso à cultura.

1.9.1 Criar instituição especificamente voltada à promoção e regulação de direitos autorais e suas atividades de arrecadação e distribuição.

1.9.2 Revisar a legislação brasileira sobre direitos autorais, com vistas em equilibrar os interesses dos criadores, investidores e usuários, estabelecendo relações contratuais mais justas e critérios mais transparentes de arrecadação e distribuição.

1.9.3 Aprimorar e acompanhar a legislação autoral com representantes dos diversos agentes envolvidos com o tema, garantindo a participação da produção artística e cultural independente, por meio de consultas e debates abertos ao público.

1.9.4 Adequar a regulação dos direitos autorais, suas limitações e exceções, ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação.

1.9.5 Criar marcos legais de proteção e difusão dos conhecimentos e expressões culturais tradicionais e dos direitos coletivos das populações detentoras desses conhecimentos e autoras dessas manifestações, garantindo a participação efetiva dessas comunidades nessa ação.

1.9.6 Descentralizar o registro de obras protegidas por direitos autorais, por meio da abertura de representações estaduais dos escritórios de registro, e facilitar o registro de obras nos órgãos competentes.

1.9.7 Regular o funcionamento de uma instância administrativa especializada na mediação de conflitos e arbitragem no campo dos direitos autorais, com destaque para os problemas relacionados à gestão coletiva de direitos.

1.9.8 Estimular a criação e o aperfeiçoamento técnico das associações gestoras de direitos autorais e adotar medidas que tornem suas gestões mais democráticas e transparentes.

1.9.9 Promover a defesa de direitos associados ao patrimônio cultural, em especial os direitos de imagem e de propriedade intelectual coletiva de populações detentoras de saberes tradicionais, envolvendo-as nessa ação.

1.9.10 Garantir aos povos e comunidades tradicionais direitos sobre o uso comercial sustentável de seus conhecimentos e expressões culturais. Estimular sua participação na elaboração de instrumentos legais que assegurem a repartição equitativa dos benefícios resultantes desse mercado.

1.9.11 Estabelecer mecanismos de proteção aos conhecimentos tradicionais e expressões culturais, reconhecendo a importância desses saberes no valor agregado aos produtos, serviços e expressões da cultura brasileira.

1.9.12 Incentivar o desenvolvimento de modelos solidários de licenciamento de conteúdos culturais, com o objetivo de ampliar o reconhecimento dos autores de obras intelectuais, assegurar sua propriedade intelectual e expandir o acesso às manifestações culturais.

1.9.13 Incentivar e fomentar o desenvolvimento de produtos e conteúdos culturais intensivos em conhecimento e tecnologia, em especial sob regimes flexíveis de propriedade intelectual.

1.9.14 Promover os interesses nacionais relativos à cultura nos organismos internacionais de governança sobre o Sistema de Propriedade Intelectual e outros foros internacionais de negociação sobre o comércio de bens e serviços.

1.9.15 Qualificar os debates sobre revisão e atualização das regras internacionais de propriedade intelectual, com vistas em compensar as condições de desigualdade dos países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos.

1.10 Promover uma maior articulação das políticas públicas de cultura com as de outras áreas, como educação, meio ambiente, desenvolvimento social, planejamento urbano e econômico, turismo, indústria e comércio.

1.10.1 Construir um sistema de gestão compartilhada e em rede para as políticas de cultura intersetoriais de modo a ampliar a participação social no monitoramento, avaliação e revisão de programas, projetos e ações.

1.10.2 (VETADO).

1.10.3 Estabelecer um sistema articulado de ações entre as diversas instâncias de governo e os meios de comunicação públicos, de modo a garantir a transversalidade de efeitos dos recursos aplicados no fomento à difusão cultural.

1.10.4 Estabelecer a participação contínua dos órgãos culturais nas instâncias intersetoriais e nas ações das instituições responsáveis pelo desenvolvimento científico e tecnológico que definem e implementam as políticas de inclusão e de distribuição da infraestrutura de serviços de conexão às redes digitais.

1.10.5 Articular os órgãos federais, estaduais e municipais e representantes da sociedade civil e do empresariado na elaboração e implementação da política intersetorial de cultura e turismo, estabelecendo modelos de financiamento e gestão compartilhada e em rede.

1.10.6 Construir instrumentos integrados de preservação, salvaguarda e gestão do patrimônio em todas as suas vertentes e dimensões, incluindo desenvolvimento urbano, turismo, meio ambiente, desenvolvimento econômico e planejamento estratégico, entre outras.

1.10.7 Estabelecer uma agenda compartilhada de programas, projetos e ações entre os órgãos de cultura e educação municipais, estaduais e federais, com o objetivo de desenvolver diagnósticos e planos conjuntos de trabalho. Instituir marcos legais e articular as redes de ensino e acesso à cultura.

1.10.8 Atuar em conjunto com os órgãos de educação no desenvolvimento de atividades que insiram as artes no ensino regular como instrumento e tema de aprendizado, com a finalidade de estimular o olhar crítico e a expressão artístico-cultural do estudante.

1.10.9 Realizar programas em parceria com os órgãos de educação para que as escolas atuem também como centros de produção e difusão cultural da comunidade.

1.10.10 Incentivar pesquisas e elaboração de materiais didáticos e de difusão referentes a conteúdos multiculturais, étnicos e de educação patrimonial.

1.10.11 Estabelecer uma política voltada ao desenvolvimento de ações culturais para a infância e adolescência, com financiamento e modelo de gestão compartilhado e intersetorial.

1.10.12 Promover políticas, programas e ações voltados às mulheres, relações de gênero e LGBT, com fomento e gestão transversais e compartilhados.

1.11 Dinamizar as políticas de intercâmbio e difusão da cultura brasileira no exterior, em parceria com as embaixadas brasileiras e as representações diplomáticas do País no exterior, a fim de afirmar a presença da arte e da cultura brasileiras e seus valores distintivos no cenário global, potencializar os intercâmbios econômicos e técnicos na área e a exportação de produtos e consolidar as redes de circulação e dos mercados consumidores de bens, conteúdos e serviços culturais.

1.11.1 Instituir uma agência de cooperação cultural internacional vinculada ao Ministério da Cultura e desenvolver estratégias constantes de internacionalização da arte e da cultura brasileiras no mundo contemporâneo.

1.11.2 Fomentar projetos e ações de promoção da arte e da diversidade cultural brasileiras em todo o mundo, por meio da valorização de suas diferentes contribuições, seus potenciais de inovação e de experimentação diante da cultura global.

1.11.3 Fortalecer a participação brasileira nas redes, fóruns, reuniões de especialistas, encontros bilaterais, acordos multilaterais e em representações nos organismos internacionais, ligados à cultura, dando amplitude e divulgação às suas discussões, afirmando princípios, conceitos, objetivos e diretrizes estratégicas de nossa política cultural.

1.11.4 Desenvolver políticas públicas para estimular o trânsito da arte e das manifestações culturais nas regiões fronteiriças brasileiras, ampliando o relacionamento com outros países do continente.

1.11.5 Estimular a circulação de bens culturais e valores, incentivando a construção de equipamentos culturais nas áreas de fronteira, com o objetivo de promover a integração dos países limítrofes.

1.11.6 Articular órgãos e políticas de cultura e relações exteriores para constituir e aprofundar programas sobre temas e experiências culturais com outras nações, sobretudo no âmbito do Mercosul, da América Latina, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, dando destaque também ao intercâmbio com China, Rússia, Índia e África do Sul.

1.11.7 Articular políticas de cultura e intercâmbio para aprofundar temas e experiências culturais com os países do continente africano, os países árabes, o continente europeu e os demais países que participaram dos fluxos migratórios que contribuíram para a formação da população brasileira.

1.11.8 Promover planos bilaterais e multilaterais de cooperação técnica e financeira, visando à troca de experiências, conhecimentos e metodologias para a viabilização de programas nacionais.

1.11.9 Estabelecer acordos e protocolos internacionais de cooperação, fomento e difusão, em especial com países em desenvolvimento, de modo a ampliar a inserção da produção cultural brasileira no mercado internacional e o intercâmbio de produções e experiências culturais.

1.11.10 Estimular a tradução e a publicação de obras literárias brasileiras em diversas mídias no exterior, assim como de obras estrangeiras no País, ampliando o repertório cultural e semântico traduzível e as interações entre as línguas e valores, principalmente as neolatinas e as indígenas do continente americano.

CAPÍTULO II – DA DIVERSIDADE RECONHECER E VALORIZAR A DIVERSIDADE PROTEGER E PROMOVER AS ARTES E EXPRESSÕES CULTURAIS

A formação sociocultural do Brasil é marcada por encontros étnicos, sincretismos e mestiçagens. É dominante, na experiência histórica, a negociação entre suas diversas formações humanas e matrizes culturais no jogo entre identidade e alteridade, resultando no reconhecimento progressivo dos valores simbólicos presentes em nosso território. Não se pode ignorar, no entanto, as tensões, dominações e discriminações que permearam e permeiam a trajetória do País, registradas inclusive nas diferentes interpretações desses fenômenos e nos termos adotados para expressar as identidades.

A diversidade cultural no Brasil se atualiza – de maneira criativa e ininterrupta – por meio da expressão de seus artistas e de suas múltiplas identidades, a partir da preservação de sua memória, da reflexão e da crítica. As políticas públicas de cultura devem adotar medidas, programas e ações para reconhecer, valorizar, proteger e promover essa diversidade.

Esse planejamento oferece uma oportunidade histórica para a adequação da legislação e da institucionalidade da cultura brasileira de modo a atender à Convenção da Diversidade Cultural da Unesco, firmando a diversidade no centro das políticas de Estado e como elo de articulação entre segmentos populacionais e comunidades nacionais e internacionais.

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

2.1 Realizar programas de reconhecimento, preservação, fomento e difusão do patrimônio e da expressão cultural dos e para os grupos que compõem a sociedade brasileira, especialmente aqueles sujeitos à discriminação e marginalização: os indígenas, os afro-brasileiros, os quilombolas, outros povos e comunidades tradicionais e moradores de zonas rurais e áreas urbanas periféricas ou degradadas; aqueles que se encontram ameaçados devido a processos migratórios, modificações do ecossistema, transformações na dinâmica social, territorial, econômica, comunicacional e tecnológica; e aqueles discriminados por questões étnicas, etárias, religiosas, de gênero, orientação sexual, deficiência física ou intelectual e pessoas em sofrimento mental.

2.1.1 Estabelecer abordagens intersetoriais e transdisciplinares para a execução de políticas dedicadas às culturas populares, incluindo seus detentores na formulação de programas, projetos e ações.

2.1.2 Criar políticas de transmissão dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais, por meio de mecanismos como o reconhecimento formal dos mestres populares, leis específicas, bolsas de auxílio, integração com o sistema de ensino formal, criação de instituições públicas de educação e cultura que valorizem esses saberes e fazeres, criação de oficinas e escolas itinerantes, estudos e sistematização de pedagogias e dinamização e circulação dos seus saberes no contexto em que atuam.

2.1.3 Reconhecer a atividade profissional dos mestres de ofícios por meio do título de “notório saber”.

2.1.4 Realizar campanhas nacionais, regionais e locais de valorização das culturas dos povos e comunidades tradicionais, por meio de conteúdos para rádio, internet, televisão, revistas, exposições museológicas, materiais didáticos e livros, entre outros.

2.1.5 Desenvolver e ampliar programas dedicados à capacitação de profissionais para o ensino de história, arte e cultura africana, afro-brasileira, indígena e de outras comunidades não hegemônicas, bem como das diversas expressões culturais e linguagens artísticas.

2.1.6 Apoiar o mapeamento, documentação e preservação das terras das comunidades quilombolas, indígenas e outras comunidades tradicionais, com especial atenção para sítios de valor simbólico e histórico.

2.1.7 Mapear, preservar, restaurar e difundir os acervos históricos das culturas afro-brasileira, indígenas e de outros povos e comunidades tradicionais, valorizando tanto sua tradição oral quanto sua expressão escrita nos seus idiomas e dialetos e na língua portuguesa.

2.1.8 Promover o intercâmbio de experiências e ações coletivas entre diferentes segmentos da população, grupos de identidade e expressões culturais.

2.1.9 Fomentar a difusão nacional e internacional das variações regionais da culinária brasileira, valorizando o modo de fazer tradicional, os hábitos de alimentação saudável e a produção sustentável de alimentos.

2.1.10 Fomentar projetos que visem a preservar e a difundir as brincadeiras e brinquedos populares, cantigas de roda, contações de histórias, adivinhações e expressões culturais similares.

2.1.11 Promover a elaboração de inventários sobre a diversidade das práticas religiosas, incluindo seus ritos e festas.

2.1.12 Integrar as políticas públicas de cultura destinadas ao segmento LGBT, sobretudo no que diz respeito à valorização da temática do combate à homofobia, promoção da cidadania e afirmação de direitos.

2.1.13 Incentivar projetos de moda e vestuário que promovam conceitos estéticos baseados na diversidade e na aceitação social dos diferentes tipos físicos e de suas formas de expressão.

2.1.14 Fomentar políticas públicas de cultura voltadas aos direitos das mulheres e sua valorização, contribuindo para a redução das desigualdades de gênero.

2.2 Ampliar o reconhecimento e apropriação social da diversidade da produção artística brasileira, por meio de políticas de capacitação e profissionalização, pesquisa e difusão, apoio à inovação de linguagem, estímulo à produção e circulação, formação de acervos e repertórios e promoção do desenvolvimento das atividades econômicas correspondentes.

2.2.1 Formular e implementar planos setoriais nacionais de linguagens artísticas e expressões culturais, que incluam objetivos, metas e sistemas de acompanhamento, avaliação e controle social.

2.3 Disseminar o conhecimento e ampliar a apropriação social do patrimônio cultural brasileiro, por meio de editais de seleção de pesquisa, premiações, fomento a estudos sobre o tema e incentivo a publicações voltados a instituições de ensino e pesquisa e a pesquisadores autônomos.

2.3.1 Promover ações de educação para o patrimônio, voltadas para a compreensão e o significado do patrimônio e da memória coletiva, em suas diversas manifestações como fundamento da cidadania, da identidade e da diversidade cultural.

2.3.2 Inserir o patrimônio cultural na pauta do ensino formal, apropriando-se dos bens culturais nos processos de formação formal cidadã, estimulando novas vivências e práticas educativas.

2.3.3 Fomentar a apropriação dos instrumentos de pesquisa, documentação e difusão das manifestações culturais populares por parte das comunidades que as abrigam, estimulando a autogestão de sua memória.

2.3.4 Desenvolver uma rede de cooperação entre instituições públicas federais, estaduais e municipais, instituições privadas, meios de comunicação e demais organizações civis para promover o conhecimento sobre o patrimônio cultural, por meio da realização de mapeamentos, inventários e ações de difusão.

2.3.5 Mapear o patrimônio cultural brasileiro guardado por instituições privadas e organizações sociais, com o objetivo de formação de um banco de registros da memória operária nacional.

2.4 Desenvolver e implementar, em conjunto com as instâncias locais, planos de preservação para as cidades e núcleos urbanos históricos ou de referência cultural, abordando a cultura e o patrimônio como eixos de planejamento e desenvolvimento urbano.

2.4.1 Incentivar e promover a qualificação da produção do design, da arquitetura e do urbanismo contemporâneos, melhorando o ambiente material, os aspectos estéticos e as condições de habitabilidade das cidades, respeitando o patrimônio preexistente e proporcionando a criação do patrimônio material do futuro.

2.4.2 Priorizar ações integradas de reabilitação de áreas urbanas centrais, aliando preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento urbano com inclusão social, fortalecendo instâncias locais de planejamento e gestão.

2.4.3 Fortalecer a política de pesquisa, documentação e preservação de sítios arqueológicos, promovendo ações de compartilhamento de responsabilidades com a sociedade na gestão de sítios arqueológicos e o fomento à sua socialização.

2.4.4 Promover política para o reconhecimento, pesquisa, preservação e difusão do patrimônio paleontológico, em conjunto com demais órgãos, instituições e entidades correlacionadas.

2.4.5 Estimular a compreensão dos museus, centros culturais e espaços de memória como articuladores do ambiente urbano, da história da cidade e de seus estabelecimentos humanos como fenômeno cultural.

2.5 Estabelecer um sistema nacional dedicado à documentação, preservação, restauração, pesquisa, formação, aquisição e difusão de acervos de interesse público e promover redes de instituições dedicadas à memória e identidade dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

2.5.1 Adotar protocolos que promovam o uso dinâmico de arquivos públicos, conectados em rede, assegurando amplo acesso da população e disponibilizando conteúdos multimídia.

2.5.2 Fomentar a instalação de acervos mínimos em instituições de ensino, pesquisa, equipamentos culturais e comunitários, que contemple a diversidade e as características da cultura brasileira.

2.5.3 Garantir controle e segurança de acervos e coleções de bens móveis públicos de valor cultural, envolvendo a rede de agentes responsáveis, de modo a resguardá-los e garantir-lhes acesso.

2.5.4 Estimular, por meio de programas de fomento, a implantação e modernização de sistemas de segurança, de forma a resguardar acervos de reconhecido valor cultural.

2.5.5 Estimular e consolidar a apropriação, pelas redes públicas de ensino, do potencial pedagógico dos acervos dos museus brasileiros, contribuindo para fortalecer o processo de ensino-aprendizagem em escolas públicas.

2.5.6 Promover redes de instituições dedicadas à documentação, pesquisa, preservação, restauro e difusão da memória e identidade dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

2.5.7 Fomentar e articular, em rede, os museus comunitários, ecomuseus, museus de território, museus locais, casas do patrimônio cultural e outros centros de preservação e difusão do patrimônio cultural, garantindo o direito de memória aos diferentes grupos e movimentos sociais.

2.5.8 Estimular a criação de centros integrados da memória (museus, arquivos e bibliotecas) nos Estados e Municípios brasileiros, com a função de registro, pesquisa, preservação e difusão do conhecimento.

2.5.9 Fomentar a instalação e a ampliação de acervos públicos direcionados às diversas linguagens artísticas e expressões culturais em instituições de ensino, bibliotecas e equipamentos culturais.

2.5.10 Atualizar e aprimorar a preservação, a conservação, a restauração, a pesquisa e a difusão dos acervos de fotografia. Promover o intercâmbio de conservadores e técnicos brasileiros e estrangeiros dedicados a esse suporte.

2.5.11 Mapear e preservar o patrimônio fonográfico brasileiro com o objetivo de formar um banco nacional de registros sonoros e dispô-los em portal eletrônico para difusão gratuita, respeitando a legislação autoral e levando em consideração as novas modalidades de licenciamento.

2.5.12 Realizar um programa contínuo de digitalização de acervos sonoros e de microfilmagem de partituras.

2.5.13 Promover e fomentar iniciativas de preservação da memória da moda, do vestuário e do design no Brasil, contribuindo para a valorização das práticas artesanais e industriais, rurais e urbanas.

2.5.14 Fortalecer instituições públicas e apoiar instituições privadas que realizem programas de preservação e difusão de acervos audiovisuais.

2.6 Mapear, registrar, salvaguardar e difundir as diversas expressões da diversidade brasileira, sobretudo aquelas correspondentes ao patrimônio imaterial, às paisagens tradicionais e aos lugares de importância histórica e simbólica para a nação brasileira.

2.6.1 Instituir a paisagem cultural como ferramenta de reconhecimento da diversidade cultural brasileira, ampliando a noção de patrimônio para o contexto territorial e abarcando as manifestações materiais e imateriais das áreas.

2.6.2 Realizar ação integrada para a instituição de instrumentos de preservação, registro, salvaguarda e difusão de todas as línguas e falares usados no País, incluindo a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

2.6.3 Realizar programas de promoção e proteção das línguas indígenas e de outros povos e comunidades tradicionais e estimular a produção e a tradução de documentos nesses idiomas.

2.6.4 Promover as culinárias, as gastronomias, os utensílios, as cozinhas e as festas correspondentes como patrimônio brasileiro material e imaterial, bem como o registro, a preservação e a difusão de suas práticas.

2.7 Fortalecer e preservar a autonomia do campo de reflexão sobre a cultura, assegurando sua articulação indispensável com as dinâmicas de produção e fruição simbólica das expressões culturais e linguagens artísticas.

2.7.1 Ampliar os programas voltados à realização de seminários, à publicação de livros, revistas, jornais e outros impressos culturais, ao uso da mídia eletrônica e da internet, para a produção e a difusão da crítica artística e cultural, privilegiando as iniciativas que contribuam para a regionalização e a promoção da diversidade.

2.7.2 Estabelecer programas contínuos de premiação para pesquisas e publicações editoriais na área de crítica, teoria e história da arte, patrimônio cultural e projetos experimentais.

2.7.3 Fomentar, por intermédio de seleção e editais públicos, iniciativas de pesquisa e formação de acervos documentais e históricos sobre a crítica e reflexão cultural realizada no País.

2.7.4 Fomentar o emprego das tecnologias de informação e comunicação, como as redes sociais, para a expansão dos espaços de discussão na área de crítica e reflexão cultural.

2.7.5 Estabelecer programas na rede de equipamentos culturais voltados a atividades de formação de profissionais para a crítica e a reflexão cultural.

2.7.6 Elaborar, em parceria com os órgãos de educação e ciência e tecnologia e pesquisa, uma política de formação de pesquisadores e núcleos de pesquisa sobre as manifestações afro-brasileiras, indígenas e de outros povos e comunidades tradicionais nas instituições de ensino superior.

2.7.7 Articular com as agências científicas e as instituições de memória e patrimônio cultural o desenvolvimento de linhas de pesquisa sobre as expressões culturais populares.

2.7.8 Fomentar, por meio de editais públicos e parcerias com órgãos de educação, ciência e tecnologia e pesquisa, as atividades de grupos de estudos acadêmicos, experimentais e da sociedade civil que abordem questões relativas à cultura, às artes e à diversidade cultural.

2.7.9 Incentivar programas de extensão que facilitem o diálogo entre os centros de estudos, comunidades artísticas e movimentos culturais.

2.7.10 Estimular e fomentar a realização de projetos e estudos sobre a diversidade e memória cultural brasileira.

2.7.11 Promover o mapeamento dos circuitos de arte digital, assim como de suas fronteiras e das influências mútuas com os circuitos tradicionais.

2.7.12 Incentivar projetos de pesquisa sobre o impacto sociocultural da programação dos meios de comunicação concedidos publicamente.

2.7.13 Incentivar a formação de linhas de pesquisa, experimentações estéticas e reflexão sobre o impacto socioeconômico e cultural das inovações tecnológicas e da economia global sobre as atividades produtivas da cultura e seu valor simbólico.

2.7.14 Realizar iniciativas conjuntas das instituições de cultura, pesquisa e relações exteriores para a implantação de programas de intercâmbio e residência para profissionais da crítica de arte, além de uma política de difusão de crítica brasileira no exterior e de crítica estrangeira no País.

2.7.15 Desenvolver linhas de pesquisa no campo dos museus, coleções, memória e patrimônio e na área de arquitetura dos museus.

2.7.16 Capacitar educadores e agentes multiplicadores para a utilização de instrumentos voltados à formação de uma consciência histórica crítica que incentive a valorização e a preservação do patrimônio material e imaterial.

CAPÍTULO III – DO ACESSO

UNIVERSALIZAR O ACESSO DOS BRASILEIROS À ARTE E À CULTURA QUALIFICAR AMBIENTES E EQUIPAMENTOS CULTURAIS PARA A FORMAÇÃO E FRUIÇÃO DO PÚBLICO PERMITIR AOS CRIADORES O ACESSO ÀS CONDIÇÕES E MEIOS DE PRODUÇÃO CULTURAL

O acesso à arte e à cultura, à memória e ao conhecimento é um direito constitucional e condição fundamental para o exercício pleno da cidadania e para a formação da subjetividade e dos valores sociais. É necessário, para tanto, ultrapassar o estado de carência e falta de contato com os bens simbólicos e conteúdos culturais que as acentuadas desigualdades socioeconômicas produziram nas cidades brasileiras, nos meios rurais e nos demais territórios em que vivem as populações.

É necessário ampliar o horizonte de contato de nossa população com os bens simbólicos e os valores culturais do passado e do presente, diversificando as fontes de informação. Isso requer a qualificação dos ambientes e equipamentos culturais em patamares contemporâneos, aumento e diversificação da oferta de programações e exposições, atualização das fontes e canais de conexão com os produtos culturais e a ampliação das opções de consumo cultural doméstico.

Faz-se premente diversificar a ação do Estado, gerando suporte aos produtores das diversas manifestações criativas e expressões simbólicas, alargando as possibilidades de experimentação e criação estética, inovação e resultado. Isso pressupõe novas conexões, formas de cooperação e relação institucional entre artistas, criadores, mestres, produtores, gestores culturais, organizações sociais e instituições locais.

Estado e sociedade devem pactuar esforços para garantir as condições necessárias à realização dos ciclos que constituem os fenômenos culturais, fazendo com que sejam disponibilizados para quem os demanda e necessita.

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

3.1 Ampliar e diversificar as ações de formação e fidelização de público, a fim de qualificar o contato com e a fruição das artes e das culturas, brasileiras e internacionais e aproximar as esferas de recepção pública e social das criações artísticas e expressões culturais.

3.1.1 Promover o financiamento de políticas de formação de público, para permitir a disponibilização de repertórios, de acervos, de documentos e de obras de referência, incentivando projetos e ações.

3.1.2 Criar programas e subsídios para a ampliação de oferta e redução de preços estimulando acesso aos produtos, bens e serviços culturais, incorporando novas tecnologias da informação e da comunicação nessas estratégias.

3.1.3 Estimular as associações de amigos, clubes, associações, sociedades e outras formas comunitárias que potencializem o acesso a bens e serviços em equipamentos culturais.

3.1.4 Identificar e divulgar, por meio de seleções, prêmios e outras formas de incentivo, iniciativas de formação, desenvolvimento de arte educação e qualificação da fruição cultural.

3.1.5 Ampliar o acesso à fruição cultural, por meio de programas voltados a crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, articulando iniciativas como a oferta de transporte, descontos e ingressos gratuitos, ações educativas e visitas a equipamentos culturais.

3.1.6 Implantar, em parceria com as empresas empregadoras, programas de acesso à cultura para o trabalhador brasileiro, que permitam a expansão do consumo e o estímulo à formalização do mercado de bens, serviços e conteúdos culturais.

3.1.7 Promover a integração entre espaços educacionais, esportivos, praças e parques de lazer e culturais, com o objetivo de aprimorar as políticas de formação de público, especialmente na infância e juventude.

3.1.8 Estimular e fomentar a instalação, a manutenção e a atualização de equipamentos culturais em espaços de livre acesso, dotando-os de ambientes atrativos e de dispositivos técnicos e tecnológicos adequados à produção, difusão, preservação e intercâmbio artístico e cultural, especialmente em áreas ainda desatendidas e com problemas de sustentação econômica.

3.1.9 Garantir que os equipamentos culturais ofereçam infraestrutura, arquitetura, design, equipamentos, programação, acervos e atividades culturais qualificados e adequados às expectativas de acesso, de contato e de fruição do público, garantindo a especificidade de pessoas com necessidades especiais.

3.1.10 Estabelecer e fomentar programas de amparo e apoio à manutenção e gestão em rede de equipamentos culturais, potencializando investimento e garantindo padrões de qualidade.

3.1.11 Instalar espaços de exibição audiovisual nos centros culturais, educativos e comunitários de todo o País, especialmente aqueles localizados em áreas de vulnerabilidade social ou de baixos índices de acesso à cultura, disponibilizando aparelhos multimídia e digitais e promovendo a expansão dos circuitos de exibição.

3.1.12 Reabilitar os teatros, praças, centros comunitários, bibliotecas, cineclubes e cinemas de bairro, criando programas estaduais e municipais de circulação de produtos, circuitos de exibição cinematográfica, eventos culturais e demais programações.

3.1.13 Mapear espaços ociosos, patrimônio público e imóveis da União, criando programas para apoiar e estimular o seu uso para a realização de manifestações artísticas e culturais, espaços de ateliês, plataformas criativas e núcleos de produção independente.

3.1.14 Fomentar unidades móveis com infraestrutura adequada à criação e à apresentação artística, oferta de bens e produtos culturais, atendendo às comunidades de todas as regiões brasileiras, especialmente de regiões rurais ou remotas dos centros urbanos.

3.1.15 Estabelecer critérios técnicos para a construção e reforma de equipamentos culturais, bibliotecas, praças, assim como outros espaços públicos culturais, dando ênfase à criação arquitetônica e ao design, estimulando a criação de profissionais brasileiros e estrangeiros de valor internacional.

3.1.16 Implantar, ampliar e atualizar espaços multimídia em instituições e equipamentos culturais, conectando-os em rede para ampliar a experimentação, criação, fruição e difusão da cultura por meio da tecnologia digital, democratizando as capacidades técnicas de produção, os dispositivos de consumo e a recepção das obras e trabalhos, principalmente aqueles desenvolvidos em suportes digitais.

3.1.17 Implementar uma política nacional de digitalização e atualização tecnológica de laboratórios de produção, conservação, restauro e reprodução de obras artísticas, documentos e acervos culturais mantidos em museus,

bibliotecas e arquivos, integrando seus bancos de conteúdos e recursos tecnológicos.

3.1.18 Garantir a implantação e manutenção de bibliotecas em todos os Municípios brasileiros como espaço fundamental de informação, de memória literária, da língua e do design gráfico, de formação e educação, de lazer e fruição cultural, expandindo, atualizando e diversificando a rede de bibliotecas públicas e comunitárias e abastecendo-as com os acervos mínimos recomendados pela Unesco, acrescidos de integração digital e disponibilização de sites de referência.

3.1.19 Estimular a criação de centros de referência e comunitários voltados às culturas populares, ao artesanato, às técnicas e aos saberes tradicionais com a finalidade de registro e transmissão da memória, desenvolvimento de pesquisas e valorização das tradições locais.

3.1.20 Estabelecer parcerias entre o poder público, escritórios de arquitetura e design, técnicos e especialistas, artistas, críticos e curadores, produtores e empresários para a manutenção de equipamentos culturais que abriguem a produção contemporânea e reflitam sobre ela, motivando a pesquisa contínua de linguagens e interações destas com outros campos das expressões culturais brasileiras.

3.1.21 Fomentar a implantação, manutenção e qualificação dos museus nos Municípios brasileiros, com o intuito de preservar e difundir o patrimônio cultural, promover a fruição artística e democratizar o acesso, dando destaque à memória das comunidades e localidades.

3.2 Estabelecer redes de equipamentos culturais geridos pelo poder público, pela iniciativa privada, pelas comunidades ou por artistas e grupos culturais, de forma a propiciar maior acesso e o compartilhamento de programações, experiências, informações e acervos.

3.2.1 Estimular a formação de redes de equipamentos públicos e privados conforme os perfis culturais e vocações institucionais, promovendo programações diferenciadas para gerações distintas, principalmente as dedicadas às crianças e aos jovens.

3.2.2 Atualizar e ampliar a rede de centros técnicos de produção e finalização de produtos culturais, aumentando suas capacidades de operação e atendimento, promovendo a articulação com redes de distribuição de obras, sejam as desenvolvidas em suportes tradicionais, sejam as multimídias, audiovisuais, digitais e desenvolvidas por meio de novas tecnologias.

3.3 Organizar em rede a infraestrutura de arquivos, bibliotecas, museus e outros centros de documentação, atualizando os conceitos e os modelos de promoção cultural, gestão técnica profissional e atendimento ao público, reciclando a formação e a estrutura institucional, ampliando o emprego de recursos humanos inovadores, de tecnologias e de modelos de sustentabilidade econômica, efetivando a constituição de uma rede nacional que dinamize esses equipamentos públicos e privados.

3.3.1 Instituir programas em parceria com a iniciativa privada e organizações civis para a ampliação da circulação de bens culturais brasileiros e abertura de canais de prospecção e visibilidade para a produção jovem e independente, disponibilizando-a publicamente por meio da captação e transmissão de conteúdos em rede, dando acesso público digital aos usuários e consumidores.

3.3.2 Garantir a criação, manutenção e expansão da rede de universidades públicas, desenvolvendo políticas públicas e a articulação com as pró-reitorias de cultura e extensão, para os equipamentos culturais universitários, os laboratórios de criação artística e experimentação tecnológica, os cursos e carreiras que formam criadores e interagem com o campo cultural e artístico, principalmente nas universidades públicas e centros de formação técnica e profissionalizante.

3.3.3 Desenvolver redes e financiar programas de incorporação de design, tecnologias construtivas e de materiais, inovação e sustentabilidade para a qualificação dos equipamentos culturais brasileiros, permitindo construir espaços de referência que disponibilizem objetos projetados por criadores brasileiros históricos. Qualificar em rede as livrarias e os cafés presentes nesses equipamentos, ampliando a relação do público com as soluções ergonômicas e técnicas desenvolvidas no País pelo design.

3.4 Fomentar a produção artística e cultural brasileira, por meio do apoio à criação, registro, difusão e distribuição de obras, ampliando o reconhecimento da diversidade de expressões provenientes de todas as regiões do País.

3.4.1 Criar bolsas, programas e editais específicos que diversifiquem as ações de fomento às artes, estimulando sua presença nos espaços cotidianos de experiência cultural dos diferentes grupos da população e a promoção de novos artistas.

3.4.2 Fomentar e incentivar modelos de gestão eficientes que promovam o acesso às artes, ao aprimoramento e à pesquisa estética e que permitam o estabelecimento de grupos sustentáveis e autônomos de produção.

3.4.3 Fomentar o desenvolvimento das artes e expressões experimentais ou de caráter amador.

3.4.4 Fomentar, por meio de editais adaptados à realidade cultural de cada comunidade, a produção de conteúdos para a difusão nas emissoras públicas de rádio e televisão.

3.4.5 Promover o uso de tecnologias que facilitem a produção e a fruição artística e cultural das pessoas com deficiência.

3.4.6 Estimular a participação de artistas, produtores e professores em programas educativos de acesso à produção cultural.

3.4.7 Desenvolver uma política de apoio à produção cultural universitária, estimulando o intercâmbio de tecnologias e de conhecimentos e a aproximação entre as instituições de ensino superior e as comunidades.

3.4.8 Fomentar a formação e a manutenção de grupos e organizações coletivas de pesquisa, produção e difusão das artes e expressões culturais, especialmente em locais habitados por comunidades com maior dificuldade de acesso à produção e fruição da cultura.

3.4.9 Atualizar e ampliar a rede de centros técnicos dedicados à pesquisa, produção e distribuição de obras audiovisuais, digitais e desenvolvidas por meio de novas tecnologias.

3.4.10 Instituir programas de aquisição governamental de bens culturais em diversas mídias que contemplem o desenvolvimento das pequenas editoras, produtoras, autores e artistas independentes ou consorciados.

3.4.11 Fomentar os processos criativos dos segmentos de audiovisual, arte digital, jogos eletrônicos, videoarte, documentários, animações, internet e outros conteúdos para as novas mídias.

3.4.12 Promover ações de incremento da sustentabilidade sociocultural nos programas e ações que tiverem impacto nas comunidades locais.

3.5 Ampliar a circulação da produção artística e cultural, valorizando as expressões locais e intensificando o intercâmbio no território nacional, inclusive com as de outros países, com constante troca de referências e conceitos, promovendo calendários de eventos regulares e de apreciação crítica e debate público.

3.5.1 Incentivar, divulgar e fomentar a realização de calendários e mapas culturais que apresentem sistematicamente os locais de realização de eventos culturais, encontros, feiras, festivais e programas de produção artística e cultural.

3.5.2 Estimular o equilíbrio entre a produção artística e as expressões culturais locais em eventos e equipamentos públicos, valorizando as manifestações e a economia da cultura regional, estimulando sua interação com referências nacionais e internacionais.

3.5.3 Apoiar a criação de espaços de circulação de produtos culturais para o consumo doméstico, criando oferta de qualidade e distribuição nacional que permitam a diversificação do mercado interno e a absorção das produções locais.

3.5.4 Estimular a existência de livrarias e lojas de produtos culturais junto aos equipamentos culturais, dando destaque à produção das comunidades e permitindo aos consumidores locais obter produtos nacionais e internacionais de qualidade.

3.5.5 Fomentar e estimular a construção de sítios eletrônicos e dispositivos alternativos de distribuição e circulação comercial de produtos, permitindo a integração dos diversos contextos e setores a uma circulação nacional e internacional.

3.5.6 Incentivar e fomentar a difusão cultural nas diversas mídias e ampliar a recepção pública e o reconhecimento das produções artísticas e culturais não inseridas na indústria cultural.

3.5.7 Apoiar a implementação e qualificação de portais de internet para a difusão nacional e internacional das artes e manifestações culturais brasileiras, inclusive com a disponibilização de dados para compartilhamento livre de informações em redes sociais virtuais.

3.5.8 Apoiar iniciativas de sistematização de agenda de atividades artísticas e culturais em todas as regiões brasileiras de forma a otimizar oportunidades e evitar a proliferação de eventos coincidentes e redundantes.

3.5.9 Estimular a criação de programas nacionais, estaduais e municipais de distribuição de conteúdo audiovisual para os meios de comunicação e circuitos comerciais e alternativos de exibição, cineclubes em escolas, centros culturais, bibliotecas públicas e museus, criando também uma rede de videolocadoras que absorvam a produção audiovisual brasileira.

3.5.10 Apoiar e fomentar os circuitos culturais universitários e oferecer condições para que os campi e faculdades promovam a formação de público, a recepção qualificada e a abertura de espaços para a produção independente e inovadora, abrindo espaço para produção independente e circuitos inovadores.

3.5.11 Integrar as políticas nacionais, estaduais e municipais dedicadas a elevar a inserção de conteúdos regionais, populares e independentes nas redes de televisão, rádio, internet, cinema e outras mídias.

3.6 Ampliar o acesso dos agentes da cultura aos meios de comunicação, diversificando a programação dos veículos, potencializando o uso dos canais alternativos e estimulando as redes públicas.

3.6.1 Apoiar os produtores locais do segmento audiovisual e a radiodifusão comunitária no processo de migração da tecnologia analógica para a digital, criando inclusive linhas de crédito para atualização profissional e compra de equipamentos.

3.6.2 Estimular a criação de programas e conteúdos para rádio, televisão e internet que visem a formação do público e a familiarização com a arte e as referências culturais, principalmente as brasileiras e as demais presentes no território nacional.

3.6.3 Apoiar as políticas públicas de universalização do acesso gratuito de alta velocidade à internet em todos os Municípios, juntamente com políticas de estímulo e crédito para aquisição de equipamentos pessoais.

3.6.4 Fomentar provedores de acesso público que armazenem dados de texto, som, vídeo e imagem, para preservar e divulgar a memória da cultura digital brasileira.

3.6.5 Estimular o compartilhamento pelas redes digitais de conteúdos que possam ser utilizados livremente por escolas, bibliotecas de acesso público, rádios e televisões públicas e comunitárias, de modo articulado com o processo de implementação da televisão digital.

3.6.6 Estimular e apoiar revistas culturais, periódicos e publicações independentes, voltadas à crítica e à reflexão em torno da arte e da cultura, promovendo circuitos alternativos de distribuição, aproveitando os equipamentos culturais como pontos de acesso, estimulando a gratuidade ou o preço acessível desses produtos.

3.6.7 Criar enciclopédias culturais, bancos de informação e sistemas de compartilhamento de arquivos culturais e artísticos para a internet com a disponibilização de conteúdos e referências brasileiras, permitindo a distribuição de imagens, áudios, conteúdos e informações qualificados.

CAPÍTULO IV – DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO PROMOVER AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA DA CULTURA INDUZIR ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE NOS PROCESSOS CULTURAIS

A cultura faz parte da dinâmica de inovação social, econômica e tecnológica.

Da complexidade do campo cultural derivam distintos modelos de produção e circulação de bens, serviços e conteúdos, que devem ser identificados e estimulados, com vistas na geração de riqueza, trabalho, renda e oportunidades de empreendimento, desenvolvimento local e responsabilidade social.

Nessa perspectiva, a cultura é vetor essencial para a construção e qualificação de um modelo de desenvolvimento sustentável.

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

4.1 Incentivar modelos de desenvolvimento sustentável que reduzam a desigualdade regional sem prejuízo da diversidade, por meio da exploração comercial de bens, serviços e conteúdos culturais.

4.1.1 Realizar programas de desenvolvimento sustentável que respeitem as características, necessidades e interesses das populações locais, garantindo a preservação da diversidade e do patrimônio cultural e natural, a difusão da memória sociocultural e o fortalecimento da economia solidária.

4.1.2 Identificar e reconhecer contextos de vida de povos e comunidades tradicionais, valorizando a diversidade das formas de sobrevivência e sustentabilidade socioambiental, especialmente aquelas traduzidas pelas paisagens culturais brasileiras.

4.1.3 Oferecer apoio técnico às iniciativas de associativismo e cooperativismo e fomentar incubadoras de empreendimentos culturais em parceria com poderes públicos, organizações sociais, instituições de ensino, agências internacionais e iniciativa privada, entre outros.

4.1.4 Estimular pequenos e médios empreendedores culturais e a implantação de Arranjos Produtivos Locais para a produção cultural.

4.1.5 Estimular estudos para a adoção de mecanismos de compensação ambiental para as atividades culturais.

4.1.6 Fomentar a capacitação e o apoio técnico para a produção, distribuição, comercialização e utilização sustentáveis de matérias-primas e produtos relacionados às atividades artísticas e culturais.

4.1.7 Identificar e catalogar matérias-primas que servem de base para os produtos culturais e criar selo de reconhecimento dos produtos culturais que associem valores sociais, econômicos e ecológicos.

4.1.8 Estimular o reaproveitamento e reciclagem de resíduos de origem natural e industrial, dinamizando e promovendo o empreendedorismo e a cultura do ecodesign.

4.1.9 Inserir as atividades culturais itinerantes nos programas públicos de desenvolvimento regional sustentável.

4.1.10 Promover o turismo cultural sustentável, aliando estratégias de preservação patrimonial e ambiental com ações de dinamização econômica e fomento às cadeias produtivas da cultura.

4.1.11 Promover ações de incremento e qualificação cultural dos produtos turísticos, valorizando a diversidade, o comércio justo e o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

4.2 Contribuir com as ações de formalização do mercado de trabalho, de modo a valorizar o trabalhador e fortalecer o ciclo econômico dos setores culturais.

4.2.1 Realizar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de adequação da legislação trabalhista, visando à redução da informalidade do trabalho artístico, dos técnicos, produtores e demais agentes culturais, estimulando o reconhecimento das profissões e o registro formal desses trabalhadores e ampliando o acesso aos benefícios sociais e previdenciários.

4.2.2 Difundir, entre os empregadores e contratantes dos setores público e privado, informações sobre os direitos e obrigações legais existentes nas relações formais de trabalho na cultura.

4.2.3 Estimular a organização formal dos setores culturais em sindicatos, associações, federações e outras entidades representativas, apoiando a estruturação de planos de previdência e de seguro patrimonial para os agentes envolvidos em atividades artísticas e culturais.

4.2.4 Estimular a adesão de artistas, autores, técnicos, produtores e demais trabalhadores da cultura a programas que ofereçam planos de previdência pública e complementar específicos para esse segmento.

4.3 Ampliar o alcance das indústrias e atividades culturais, por meio da expansão e diversificação de sua capacidade produtiva e ampla ocupação, estimulando a geração de trabalho, emprego, renda e o fortalecimento da economia.

4.3.1 Mapear, fortalecer e articular as cadeias produtivas que formam a economia da cultura.

4.3.2 Realizar zoneamento cultural-econômico com o objetivo de identificar as vocações culturais locais.

4.3.3 Desenvolver programas de estímulo à promoção de negócios nos diversos setores culturais.

4.3.4 Promover programas de exportação de bens, serviços e conteúdos culturais de forma a aumentar a participação cultural na balança comercial brasileira.

4.3.5 Instituir selos e outros dispositivos que facilitem a circulação de produtos e serviços relativos à cultura na América Latina, Mercosul e Comunidades dos Países de Língua Portuguesa.

4.3.6 Estimular o uso da diversidade como fator de diferenciação e incremento do valor agregado dos bens, produtos e serviços culturais, promovendo e facilitando a sua circulação nos mercados nacional e internacional.

4.3.7 Incentivar a associação entre produtoras de bens culturais visando à constituição de carteiras diversificadas de produtos, à modernização de empresas e à inserção no mercado internacional.

4.3.8 Fomentar a associação entre produtores independentes e emissoras e a implantação de polos regionais de produção e de difusão de documentários e de obras de ficção para rádio, televisão, cinema, internet e outras mídias.

4.4 Avançar na qualificação do trabalhador da cultura, assegurando condições de trabalho, emprego e renda, promovendo a profissionalização do setor, dando atenção a áreas de vulnerabilidade social e de precarização urbana e a segmentos populacionais marginalizados.

4.4.1 Desenvolver e gerir programas integrados de formação e capacitação para artistas, autores, técnicos, gestores, produtores e demais agentes culturais, estimulando a profissionalização, o empreendedorismo, o uso das tecnologias de informação e comunicação e o fortalecimento da economia da cultura.

4.4.2 Estabelecer parcerias com bancos estatais e outros agentes financeiros, como cooperativas, fundos e organizações não governamentais, para o desenvolvimento de linhas de microcrédito e outras formas de financiamento destinadas à promoção de cursos livres, técnicos e superiores de formação, pesquisa e atualização profissional.

4.4.3 Estabelecer parcerias com instituições de ensino técnico e superior, bem como parcerias com associações e órgãos representativos setoriais, para a criação e o aprimoramento contínuo de cursos voltados à formação e capacitação de trabalhadores da cultura, gestores técnicos de instituições e equipamentos culturais.

4.4.4 Realizar nas diversas regiões do País seleções públicas para especialização e profissionalização das pessoas empregadas no campo artístico e cultural, atendendo especialmente os núcleos populacionais marginalizados e

organizações sociais.

4.4.5 Promover a informação e capacitação de gestores e trabalhadores da cultura sobre instrumentos de propriedade intelectual do setor cultural, a exemplo de marcas coletivas e de certificação, indicações geográficas, propriedade coletiva, patentes, domínio público e direito autoral.

4.4.6 Instituir programas e parcerias para atender necessidades técnicas e econômicas dos povos indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais para a compreensão e organização de suas relações com a economia contemporânea global, estimulando a reflexão e a decisão autônoma sobre as opções de manejo e exploração sustentável do seu patrimônio, produtos e atividades culturais.

4.4.7 Instituir programas para a formação de agentes culturais aptos ao atendimento de crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência e pessoas em sofrimento psíquico.

4.4.8 Promover atividades de capacitação aos agentes e organizações culturais proponentes ao financiamento estatal para a elaboração, proposição e execução de projetos culturais, bem como capacitação e suporte jurídico e contábil, a fim de facilitar a elaboração de prestação de contas e relatórios de atividades.

4.4.9 Fomentar programas de aperfeiçoamento técnico de agentes locais para a formulação e implementação de planos de preservação e difusão do patrimônio cultural, utilizando esses bens de forma a geração sustentável de economias locais.

4.4.10 Estimular, com suporte técnico-metodológico, a oferta de oficinas de especialização artísticas e culturais, utilizando inclusive a veiculação de programas de formação nos sistemas de rádio e televisão públicos.

4.4.11 Capacitar educadores, bibliotecários e agentes do setor público e da sociedade civil para a atuação como agentes de difusão da leitura, contadores de histórias e mediadores de leitura em escolas, bibliotecas e museus, entre outros equipamentos culturais e espaços comunitários.

4.4.12 Fomentar atividades de intercâmbio inter-regional, internacional e residências artísticas de estudantes e profissionais da cultura em instituições nacionais e estrangeiras do campo da cultura.

4.4.13 Estimular e promover o desenvolvimento técnico e profissional de arquitetos, designers, gestores e programadores de equipamentos culturais, para sua constante atualização, de modo a gerar maior atratividade para esses espaços.

4.4.14 Estimular e formar agentes para a finalização de produtos culturais, design de embalagens e de apresentação dos bens, conteúdos e serviços culturais, ampliando sua capacidade de circulação e qualificando as informações para o consumo ampliado.

4.5 Promover a apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação para ampliar o acesso à cultura digital e suas possibilidades de produção, difusão e fruição.

4.5.1 Realizar programa de prospecção e disseminação de modelos de negócios para o cenário de convergência digital, com destaque para os segmentos da música, livro, jogos eletrônicos, festas eletrônicas, webdesign, animação, audiovisual, fotografia, videoarte e arte digital.

4.5.2 Implementar iniciativas de capacitação e fomento ao uso de meios digitais de registro, produção, pós-produção, design e difusão cultural.

4.5.3 Apoiar políticas de inclusão digital e de criação, desenvolvimento, capacitação e utilização de softwares livres pelos agentes e instituições ligados à cultura.

4.5.4 Identificar e fomentar as cadeias de formação e produção das artes digitais, para desenvolver profissões e iniciativas compreendidas nesse campo, bem como as novas relações existentes entre núcleos acadêmicos, indústrias criativas e instituições culturais.

4.6 Incentivar e apoiar a inovação e pesquisa científica e tecnológica no campo artístico e cultural, promovendo parcerias entre instituições de ensino superior, institutos, organismos culturais e empresas para o desenvolvimento e o aprimoramento de materiais, técnicas e processos.

4.6.1 Integrar os órgãos de cultura aos processos de incentivo à inovação tecnológica, promovendo o desenvolvimento de técnicas associadas à produção cultural.

4.6.2 Fomentar parcerias para o desenvolvimento, absorção e apropriação de materiais e tecnologias de inovação cultural.

4.6.3 Incentivar as inovações tecnológicas da área cultural que compreendam e dialoguem com os contextos e problemas socioeconômicos locais.

4.7 Aprofundar a inter-relação entre cultura e turismo gerando benefícios e sustentabilidade para ambos os setores.

4.7.1 Instituir programas integrados de mapeamento do potencial turístico cultural, bem como de promoção, divulgação e marketing de produtos, contextos urbanos, destinos e roteiros turísticos culturais.

4.7.2 Envolver os órgãos, gestores e empresários de turismo no planejamento e comunicação com equipamentos culturais, promovendo espaços de difusão de atividades culturais para fins turísticos.

4.7.3 Qualificar os ambientes turísticos com mobiliário urbano e design de espaços públicos que projetem os elementos simbólicos locais de forma competitiva com os padrões internacionais, dando destaque aos potenciais criativos dos contextos visitados.

4.7.4 Fomentar e fortalecer as modalidades de negócios praticadas pelas comunidades locais e pelos residentes em áreas de turismo, fortalecendo os empreendedores tradicionais em sua inserção nas dinâmicas comerciais estabelecidas pelo turismo.

4.7.5 Realizar campanhas e desenvolver programas com foco na formação, informação e educação do turista para difundir adequadamente a importância do patrimônio cultural existente, estimulando a comunicação dos valores, o respeito e o zelo pelos locais visitados.

4.7.6 Fomentar programas integrados de formação e capacitação sobre arte, arquitetura, patrimônio histórico, patrimônio imaterial, antropologia e diversidade cultural para os profissionais que atuam no turismo.

4.7.7 Inserir os produtores culturais, os criadores e artistas nas estratégias de qualificação e promoção do turismo, assegurando a valorização cultural dos locais e ambientes turísticos.

4.7.8 Desenvolver metodologias de mensuração dos impactos do turismo na cultura, no contexto dos Municípios brasileiros e das capitais.

CAPÍTULO V – DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL ESTIMULAR A ORGANIZAÇÃO DE INSTÂNCIAS CONSULTIVAS CONSTRUIR MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL AMPLIAR O DIÁLOGO COM OS AGENTES CULTURAIS E CRIADORES

O desenho e a implementação de políticas públicas de cultura pressupõem a constante relação entre Estado e sociedade de forma abrangente, levando em conta a complexidade do campo social e suas vinculações com a cultura. Além de apresentar aos poderes públicos suas necessidades e demandas, os cidadãos, criadores, produtores e empreendedores culturais devem assumir corresponsabilidades na implementação e na avaliação das diretrizes e metas, participando de programas, projetos e ações que visem ao cumprimento do PNC.

Retoma-se, assim, a ideia da cultura como um direito dos cidadãos e um processo social de conquista de autonomia, ao mesmo tempo em que se ampliam as possibilidades de participação dos setores culturais na gestão das políticas culturais. Nessa perspectiva, diferentes modalidades de consulta, participação e diálogo são necessárias e fundamentais para a construção e aperfeiçoamento das políticas públicas.

Reafirma-se, com isso, a importância de sistemas de compartilhamento social de responsabilidades, de transparência nas deliberações e de aprimoramento das representações sociais buscando o envolvimento direto da sociedade civil e do meio artístico e cultural. Este processo vai se completando na estruturação de redes, na organização social dos agentes culturais, na ampliação de mecanismos de acesso, no acompanhamento público dos processos de realização das políticas culturais. Esta forma colaborativa de gestão e avaliação também deve ser subsidiada pela publicação de indicadores e informações do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

5.1 Aprimorar mecanismos de participação social no processo de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura.

5.1.1 Aperfeiçoar os mecanismos de gestão participativa e democrática, governo eletrônico e a transparência pública, a construção regionalizada das políticas públicas, integrando todo o território nacional com o objetivo de reforçar seu alcance e eficácia.

5.1.2 Articular os sistemas de comunicação, principalmente, internet, rádio e televisão, ampliando o espaço dos veículos públicos e comunitários, com os processos e as instâncias de consulta, participação e diálogo para a formulação e o acompanhamento das políticas culturais.

5.1.3 Potencializar os equipamentos e espaços culturais, bibliotecas, museus, cinemas, centros culturais e sítios do patrimônio cultural como canais de comunicação e diálogo com os cidadãos e consumidores culturais, ampliando sua participação direta na gestão destes equipamentos.

5.1.4 Instituir instâncias de diálogo, consulta às instituições culturais, discussão pública e colaboração técnica para adoção de marcos legais para a gestão e o financiamento das políticas culturais e o apoio aos segmentos culturais e aos grupos, respeitando a diversidade da cultura brasileira.

5.1.5 Criar mecanismos de participação e representação das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas na elaboração, implementação, acompanhamento, avaliação e revisão de políticas de proteção e promoção das próprias

culturas.

5.2 Ampliar a transparência e fortalecer o controle social sobre os modelos de gestão das políticas culturais e setoriais, ampliando o diálogo com os segmentos artísticos e culturais.

5.2.1 Disponibilizar informações sobre as leis e regulamentos que regem a atividade cultural no País e a gestão pública das políticas culturais, dando transparência a dados e indicadores sobre gestão e investimentos públicos.

5.2.2 Promover o monitoramento da eficácia dos modelos de gestão das políticas culturais e setoriais por meio do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, com base em indicadores nacionais, regionais e locais de acesso e consumo, mensurando resultados das políticas públicas de cultura no desenvolvimento econômico, na geração de sustentabilidade, assim como na garantia da preservação e promoção do patrimônio e da diversidade cultural.

5.2.3 Criar ouvidorias e outros canais de interlocução dos cidadãos com os órgãos públicos e instituições culturais, adotando processos de consulta pública e de atendimento individual dos cidadãos que buscam apoio.

5.3 Consolidar as conferências, fóruns e seminários que envolvam a formulação e o debate sobre as políticas culturais, consolidando espaços de consulta, reflexão crítica, avaliação e proposição de conceitos e estratégias.

5.3.1 Realizar a Conferência Nacional de Cultura pelo menos a cada 4 (quatro) anos, envolvendo a sociedade civil, os gestores públicos e privados, as organizações e instituições culturais e os agentes artísticos e culturais.

5.3.2 Estimular a realização de conferências estaduais e municipais como instrumentos de participação e controle social nas diversas esferas, com articulação com os encontros nacionais.

5.3.3 Estimular a realização de conferências setoriais abrindo espaço para a participação e controle social dos meios artísticos e culturais.

5.3.4 Apoiar a realização de fóruns e seminários que debatam e avaliem questões específicas relativas aos setores artísticos e culturais, estimulando a inserção de elementos críticos nas questões e o desenho de estratégias para a política cultural do País.

5.4 Estimular a criação de conselhos paritários, democraticamente constituídos, de modo a fortalecer o diálogo entre poder público, iniciativa privada e a sociedade civil.

5.4.1 Fortalecer a atuação do Conselho Nacional de Política Cultural, bem como dos conselhos estaduais e municipais, como instâncias de consulta, monitoramento e debate sobre as políticas públicas de cultura.

5.4.2 Estimular que os conselhos municipais, estaduais e federais de cultura promovam a participação de jovens e idosos e representantes dos direitos da criança, das mulheres, das comunidades indígenas e de outros grupos populacionais sujeitos à discriminação e vulnerabilidade social.

5.4.3 Promover a articulação dos conselhos culturais com outros da mesma natureza voltados às políticas públicas das áreas afins à cultural.

5.4.4 Aumentar a presença de representantes dos diversos setores artísticos e culturais nos conselhos e demais fóruns dedicados à discussão e avaliação das políticas públicas de cultura, setoriais e intersetoriais, assim como de especialistas, pesquisadores e técnicos que qualifiquem a discussão dessas instâncias consultivas.

5.5 Promover espaços permanentes de diálogo e fóruns de debate sobre a cultura, abertos à população e aos segmentos culturais, nas Casas Legislativas do Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas Estaduais, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais.

*



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 71, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012

Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 216-A:

"Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

§ 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

- I - diversidade das expressões culturais;
- II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII - transversalidade das políticas culturais;
- VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- IX - transparência e compartilhamento das informações;
- X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

§ 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação:

- I - órgãos gestores da cultura;
- II - conselhos de política cultural;
- III - conferências de cultura;
- IV - comissões intergestores;
- V - planos de cultura;
- VI - sistemas de financiamento à cultura;
- VII - sistemas de informações e indicadores culturais;
- VIII - programas de formação na área da cultura; e

IX - sistemas setoriais de cultura.

§ 3º Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.

§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 29 de novembro de 2012.

Mesa da Câmara dos Deputados	Mesa do Senado Federal
Deputado MARCO MAIA Presidente	Senador JOSÉ SARNEY Presidente
Deputada ROSE DE FREITAS 1ª Vice-Presidente	Senador WALDEMIR MOKA 2º Vice-Presidente
Deputado EDUARDO DA FONTE 2º Vice-Presidente	Senador CÍCERO LUCENA 1º Secretário
Deputado EDUARDO GOMES 1º Secretário	Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO 3º Secretário
Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA 3º Secretário	Senador CIRO NOGUEIRA 4º Secretário
Deputado JÚLIO DELGADO 4º Secretário	

Este texto não substitui o publicado no DOU 30.11.2012

*

